

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**GEORGIE ALVES DE BARROS**

**O DISCURSO DO MANEZINHO: O QUE ANTES ERA XINGAMENTO VIROU  
ELOGIO**

**FLORIANÓPOLIS,  
2017**

Georgie Alves de Barros

O Discurso do Manezinho: o que antes era xingamento virou elogio

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientador: Henrique Luiz Pereira Oliveira

Florianópolis

2017

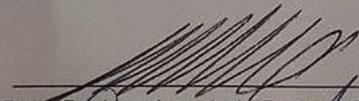


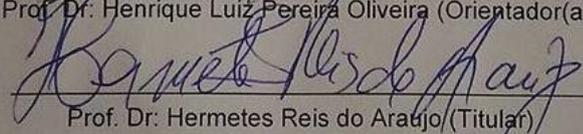
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Graduação em História

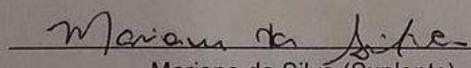
### ATA DE DEFESA DE TCC

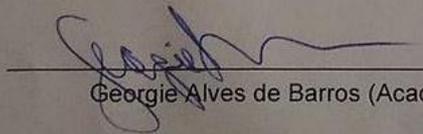
Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 15 horas e 00 minutos, no LAPIS, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Henrique Luiz Pereira Oliveira (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Hermetes Reis do Araujo (Titular); Mariane da Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 15/HST/CFH/2017, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Georgie Alves de Barros, intitulado: "**O Discurso do manezinho: O que antes era xingamento virou elogio**". Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Henrique Luiz Pereira Oliveira, nota 10 (dez), Prof. Dr: Hermetes Reis do Araujo, nota 10 (dez), Mariane da Silva, nota 10 (dez), sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 06 de julho de 2017. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 28 de junho de 2017

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr: Henrique Luiz Pereira Oliveira (Orientador(a))

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr: Hermetes Reis do Araujo (Titular)

  
\_\_\_\_\_  
Mariane da Silva (Suplente)

  
\_\_\_\_\_  
Georgie Alves de Barros (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Georgie Alves de Barros, matrícula n° 09265049, entregou a versão final de seu TCC cujo título é, O Discurso do Manezinho: O que antes era xingamento virou elogio, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

Orientador

## AGRADECIMENTOS

A jornada foi longa, e se não fossem estas pessoas e instituições, com certeza teria sido mais difícil e menos gratificante. É a vocês que dedico este afetuoso agradecimento.

Aos meus pais Lourdes Antônio Alves e Julmar de Barros, que desde a infância incentivaram tanto as minhas irmãs quanto eu a sempre adquirir conhecimento, nos dispensando recursos que por vezes não possuíam, para a nossa educação. E por falar irmãs, não poderia deixar de menciona-las, Najara Alves de Barros e Nalubia Alves de Barros, parceiras de uma vida toda, e que nos últimos meses ficaram me cobrando mais que todos a finalização do trabalho para poderem ir a formatura.

A Janaína da Silva, companheira para todas as situações. Esteve ao meu lado desde o início da graduação, me incentivando e principalmente na época de elaboração deste trabalho, me cobrando de maneira delicada e suportando minhas alterações de humor.

Aos amigos sinceros que sempre de uma forma ou outra me estimularam. Alguns se entusiasmando com as histórias que conto, e me encorajando a seguir a carreira docente, outros apenas suportando e torcendo para que eu termine logo de falar.

Aos amigos que levo da UFSC para o restante da vida, Marcelo Trindade também conhecido como Nono, Mariane da Silva que é a nossa mestranda, e Paulo Henrique do Nascimento o popular Paulinho, Próximinho e mais 43 apelidos que possui. As várias noites que debatemos a conjuntura historiográfica no Bar Iega, mediante acompanhamento etílico, ficarão sempre na memória.

Aos colegas de sala de aula Alan Cristhian Michelmann e Rodrigo Pereira Rothbarth, a monografia de vocês por vezes foi incentivadora, apesar de tratarmos o assunto por viés diferenciado, queremos no final demonstrar ao leitor algo semelhante.

A empresa que trabalho há dez anos, Besttech, e aos seus gestores. Se não fosse a facilidade de horários que possuo, seria ainda mais difícil a conclusão deste curso.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e ao Departamento de História e aos diversos professores que em outras Faculdades, seus textos são utilizados como referência nas aulas, e nós tivemos a oportunidade e o prazer de ouvi-los e debater com eles pessoalmente.

Aos professores da adolescência, Sonia e Hudson Pires, o popular “Chiquinho”, que me demonstraram que é possível ministrar aula de História de forma diferenciada e possuir boa relação com os alunos.

E finalmente, porém não menos importante, ao professor Henrique Luiz Pereira Oliveira, o qual desde quando o procurei com o tema do trabalho, se mostrou por diversas vezes mais animado que eu, e em meus momentos de desânimo, me incentivava enviando materiais para a leitura. A serenidade que sempre manteve após meus sumiços.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de ressignificação que o termo ‘manezinho da ilha’ sofreu nos anos 1980. Definimos três acontecimentos que ocorreram em Florianópolis, que vão nos ajudar a assimilar este processo: as reformas urbanas ocorridas em Florianópolis no início do século XX, o Primeiro Congresso de História Catarinense ocorrido em 1948 e as transformações na recepção da obra de Franklin Cascaes. Para nos auxiliar a perceber a atuação da mídia no debate sobre a cidade de Florianópolis nos anos 1980, vamos utilizar algumas colunas do jornal O Estado escritas por Aldírrio Simões, Paulo Clovis Schmitz e Raquel Wandelli. A partir dessas matérias poderemos perceber relações entre a especulação imobiliária, a indústria do turismo e a ressignificação do ‘manezinho da ilha’.

Palavras-chave: Manezinho da ilha. Florianópolis – ressignificação. Especulação imobiliária. Indústria do turismo.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar el proceso de reformulación que Manezinho isla término sufrido en la década de 1980 define tres acontecimientos que tuvieron lugar en Florianópolis, que nos ayudarán a asimilar este proceso: las reformas que tuvieron lugar en Florianópolis a principios del siglo XX urbano, primer Congreso de Historia de Santa Catarina llevó a cabo en 1948 y los cambios en la recepción de la obra de Franklin Cascaes. Para ayudarnos a entender el rendimiento de los medios en el debate sobre la ciudad de Florianópolis, en la década de 1980, utilizamos algunas columnas en los periódicos escritos por Aldrio ESTADO Simões, Paul y Rachel Schmitz Clovis Wandelli. A partir de estos materiales que percibimos las relaciones entre la especulación de bienes raíces, la industria del turismo y la reformulación Manezinho isla.

Palabras clave: Manezinho la isla. Florianópolis - reformular. Especulación inmobiliaria. la industria del turismo.

## **SIGLAS**

**ARS** – Aderbal Ramos da Silva  
**BESC** – Banco do Estado de Santa Catarina  
**BPSC** – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina  
**CELESC** – Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina  
**DAE** – Departamento Autônomo de Edificações  
**DC** – Diário Catarinense  
**EJA** – Ensino de Jovens e Adultos  
**GAPLAN** – Gabinete de Planejamento  
**IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano  
**IPUF** – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul  
**MPB** – Música Popular Brasileira  
**MTG** – Movimento Tradicionalista Gaúcho  
**PMDB** – Partido da Mobilização Nacional  
**PSD** – Partido Social Democrata  
**RBS** – Rede Brasil Sul  
**RIC** – Rede Independência de Comunicação  
**SBT** – Sistema Brasileiro de Comunicação  
**SCC** – Sistema Catarinense de Comunicação  
**STES** – Sociedade Itajaiense de Estudos Superiores  
**TC** – Trabalho de Conclusão de Curso  
**UDESC** – Universidade de Santa Catarina  
**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais  
**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A FLORIANÓPOLIS DO INICIO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>12</b>
1.1 A PERSONIFICAÇÃO DO HOMEM DO LITORAL .....	14
1.2 O CONGRESSO DE 1948 E RESGATE DA CULTURA AÇORIANA.....	16
1.3 FRANKLIN CASCAES E A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE.....	21
<b>CAPÍTULO 2 – MOBILIZAÇÃO PELAS COLUNAS SOCIAIS .....</b>	<b>27</b>
2.1 ENTENDENDO O JORNAL O ESTADO .....	27
2.2 A QUESTÃO DO MANEZINHO NAS CRÔNICAS DO JORNAL O ESTADO.....	29
2.3 AS CRÍTICAS AO QUE É LOCAL .....	35
<b>CAPÍTULO 3 – A EDIFICAÇÃO DO TERMO MANEZINHO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIARIA E TURISTICA .....</b>	<b>47</b>
3.1 O <i>FUTURO NEGRO</i> : O DEBATE ACERCA DO CRESCIMENTO URBANO E DO TURISMO EM FLORIANÓPOLIS .....	48
3.2 TURISMO VERSUS ECOLOGIA NA <i>ILHA DA MAGIA</i> .....	54
3.3 COMUNICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO NA CAPITAL DO MERCOSUL.....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

A ideia para o tema deste trabalho de conclusão de curso veio ao fazer a disciplina de estágio obrigatório onde tive a oportunidade de ter contato com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de participar de algumas atividades desenvolvidas naquele núcleo<sup>1</sup>. Durante essa experiência docente<sup>2</sup>, pude observar diferentes realidades que contribuíram para a evasão escolar dessas pessoas, como a necessidade de trabalhar desde cedo para contribuir com a renda familiar, mudanças de cidade, gravidez precoce, entre outros motivos. Além de terem nascido em Florianópolis, percebemos que a turma era composta por mulheres e homens migrantes que vieram em busca de melhores condições de vida e que sentiram a necessidade de retornar à sala de aula como esperança de futuro melhor.

Diante de uma turma tão heterogênea, conjuntamente a minha dupla de estágio, resolvemos trabalhar a questão do manezinho da ilha e o conceito de identidade e cultura local por meio de um Cine Debate. Ao colocar em prática o plano de aula, as discussões suscitadas e o interesse dos alunos sobre o tema, fizeram-me compreender a necessidade de historicizar a construção e ressignificação do termo ‘manezinho da ilha’.

Durante a revisão bibliográfica percebeu-se que ao longo do século XX ocorreu uma personificação dos habitantes do litoral por setores da elite local que administram a cidade e o Estado. Fator que sofreu mudanças nas formas de caracterização desses habitantes com o passar dos anos. O termo ‘manezinho da ilha’ foi utilizado por diversas décadas no decorrer do século XX com um sentido pejorativo. Os hábitos dos habitantes do interior da Ilha eram malvistas por parte dos cidadãos do centro que os consideravam atrasados culturalmente. Durante as décadas de 1960 e 1970 Florianópolis passou por transformações urbanas visando tirá-la, do que era considerado pelos administradores públicos como atraso, pretendendo consolidar a hegemonia da capital do Estado, diminuindo a influência das cidades de Curitiba e Porto Alegre perante os demais municípios catarinenses. Neste período houve uma grande migração para a grande Florianópolis de duas formas de mão de obra: a qualificada, vinda de outros estados, assumindo cargos públicos de relativa importância, e do interior do Estado, sem qualificação

---

<sup>1</sup> Realizamos as disciplinas de estágio I, II e III entre 2013 e 2014 no Núcleo EJA CENTRO II – em funcionamento na Escola Básica Municipal Donícia Maria da Costa localizada no bairro João Paulo. Joana Vieira Borges e Débora Daniel foram nossas professoras responsáveis tendo como coordenador de núcleo o professor José Maria Rosa Trindade

<sup>2</sup> A disciplina de Estágio Supervisionado I, II e III foi cursada com o colega de classe Oséias Oliveira Terra, formando dupla nas análises, relatórios e cine debate.

em busca de melhores condições, trabalhando no que tivesse disponível<sup>3</sup>. No final dos anos 1980 o termo ‘manezinho da ilha’ ganha um novo sentido, a cultura e maneira de ser do habitante do interior de Florianópolis passam a ser valorizados pelos mesmos cidadãos que anteriormente não nutriam simpatia por essas pessoas e hábitos. Aldírio Simões, por meio de sua coluna no jornal O Estado passa a tratar o tema quase que semanalmente, criando inclusive o Troféu Manezinho da Ilha, que começou a premiar a partir de julho de 1987 os que eram considerados manezinhos para o colunista.

Pesquisar o processo de criação do conceito de ‘manezinho da ilha’ me levou a temas como identidade, cultura, turismo e especulação imobiliária, o que me possibilitou ter acesso a diversas fontes. Harmonizar diferentes documentos tornou-se algo trabalhoso. Para este trabalho, foram utilizadas diversas fontes. Algumas edições do jornal O Estado de 1987, onde colunistas e jornalistas apresentavam em seus escritos, um panorama da cidade e os contrapontos do que significava ser um Manezinho. Também recorremos a depoimentos orais como o do taxista Julmar de Barros, que relatou histórias de sua infância na qual convivia com o termo ‘manezinho da ilha’. Consultamos diversos trabalhos acadêmicos além de buscas à internet por outros trabalhos que tratassem sobre o tema ou algo relacionado a ele. Em meio a esse universo de fontes de informações, a que me chamou mais a atenção foram as informações explicitada em jornais. Ter acesso as edições antigas do jornal O Estado, disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, na qual despendi horas, foi algo muito prazeroso e surpreendente, pois fui em busca de um determinado material (coluna Aldírio Simões) e me deparei com outros jornalistas que, de maneira direta ou indireta, estavam discutindo questões relacionadas às transformações urbanas e à figura do manezinho.

Minha intenção inicial era a de pesquisar Aldírio Simões também no jornal Diário Catarinense, onde atuou em 1988, porém, os exemplares disponíveis na Biblioteca Pública do Estado não continham o caderno com as suas colunas. Ao perguntar aos responsáveis pela seção, fui informado que a alguns anos ocorreu um vazamento de água que causou avarias aos materiais. Ao buscar essas edições na sede do grupo RBS as margens da SC 401, comunicaram-me que não possuíam arquivo com os jornais antigos.

Delimitando minhas buscas ao jornal O Estado de março de 1984 a fevereiro de 1988, encontrei considerável material sobre o tema nos meses de junho e julho de 1987, onde o assunto em torno do Manezinho apresentou demanda crescente com o passar das semanas na

---

<sup>3</sup> FONSECA, Jefferson Rafael da. “Longe demais das capitais”: lutas de representação em Florianópolis, SC (1970-1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. *Anais...* Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. 23., Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

coluna Domingueiras do Aldório. Ao ler as colunas, a impressão que tive é que ao iniciar o assunto, Aldório retornou às ruas, repartições públicas e bares que frequentava, fazendo com que semana a semana o tópico ganhasse mais espaço no jornal, chegando a ganhar matéria de capa. Simultaneamente, outros jornalistas e colunistas do Jornal O Estado, como Paulo Covis Schmitz e Raquel Wandelli, abordaram o tema criando ainda mais polêmica sobre o que era ser um Manezinho e, quem, na cidade era Manezinho. Para a minha surpresa e deleite, nesta mesma época Raquel publicou uma matéria de duas páginas no Jornal O Estado sobre o Futuro de Florianópolis, na qual a jornalista apontava o contraste entre a falta de infraestrutura e saneamento básico e a expansão da exploração turística e dos empreendimentos imobiliários.

No decorrer da pesquisa para a elaboração do TCC procuraremos analisar como o conceito de Manezinho e a sua ressignificação se relaciona com os interesses da exploração turística e imobiliária na cidade de Florianópolis. Para tal análise, dividiu-se o trabalho em três capítulos.

Para que possamos ter maior compreensão sobre o tema que abordaremos neste trabalho, vamos debater alguns aspectos sobre Desterro, atual Florianópolis e sua conjuntura política, social e cultural. Vamos utilizar monografias, teses de mestrado e doutorado, que nos auxiliarão a entender como o morador da ilha de Santa Catarina, que era considerado inapto, matuto e franzino no início do século XX, surge como o manezinho da ilha, carismático e amigo nos anos 1980.

No primeiro capítulo será dado um panorama do centro de Florianópolis no início do Século XX, e sobre como era caracterizado o “homem do litoral”. Para a contextualização acerca das reformas urbanas, utilizaremos a dissertação de mestrado de Hermetes Reis de Araújo, *A invenção do litoral*. Também abordaremos o 1º Congresso Catarinense de História com base na obra de Maria Bernardete Ramos Flores, *A Farra Do Boi*. Por fim, abordaremos Franklin Cascaes e as transformações que Florianópolis passou ao longo dos anos 1960 e 1970, utilizando dissertações sobre o tema.

No segundo capítulo discutiremos a abordagem das colunas sociais de Aldório Simões, Paulo Clovis Schmitz e Raquel Wandelli relacionada ao conceito de manezinho e as críticas aos costumes da população. Buscaremos evidenciar que as disputas por espaço e memória na esfera pública e intelectual se mostram perceptíveis nas opiniões das pessoas entrevistadas pelos colunistas.

No terceiro capítulo daremos ênfase na exploração turística e imobiliária de Florianópolis buscando evidenciar como a construção do conceito de manezinho da ilha se articula com este processo. Para isto discutiremos a matéria de Raquel Wandelli “Futuro Negro”

que dialoga com pessoas de vários setores da esfera pública e intelectual de Florianópolis sobre o futuro da capital do Estado, bem como utilizaremos como referencial a obra de Márcia Fantin “Cidade Dividida” que de maneira instigante discute as questões suscitadas nessa matéria.

O objetivo da monografia é ponderar e expor aos leitores de que forma a cultura da Ilha, a especulação imobiliária, o turismo e a questão do manezinho foram tratados e moldados, conferindo à década de 1980 uma importância crucial neste processo.

## CAPÍTULO 1 – A FLORIANÓPOLIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Nos dois primeiros decênios do século XX, os administradores de Florianópolis, por meio de diversas obras públicas, buscavam alterar a aparência e infraestrutura sanitária da cidade. Consideravam que o centro do município possuía características de uma pequena vila, e planejavam que a cidade se transformasse num local higienizado e apresentável esteticamente, como julgavam, deveria se aparentar a Capital de Estado. Tendo como referência as grandes capitais brasileiras e europeias, como Rio de Janeiro e Paris, a política de salubridade tinha objetivos definidos. Podemos destacar: a redução de várias epidemias existentes na época e a busca pelo distanciamento dos bairros populares que eram muito próximos ao centro da cidade. Esses bairros, na visão da elite dominante, eram classificados como sujos e eram neles onde ocorriam todo o tipo de prevaricação da moral e bons costumes, algo inaceitável para essas classes. Tentando compreender o que os administradores públicos implementavam em Florianópolis, vamos analisar as transformações urbanas e sanitárias que ocorriam em nível de Brasil e de mundo naquela época.

Na Europa do final do século XIX, se desenvolveram de forma rápida diversas áreas das ciências, entre elas a microbiologia. Hermetes Reis de Araújo na sua tese de Mestrado, *A invenção do litoral* (1989), aborda esse tema e nos explica que dentro dessa produção de saber se concebe a íntima ligação entre o saneamento e as causas de doenças, juntamente com os avanços tecnológicos que permitiram novos conhecimentos referentes à saúde.<sup>4</sup> Aliado a esses saberes, Araújo defende que foram colocadas em prática novas técnicas de controle de massas, censos e estatísticas, que procuraram compreender a origem das enfermidades nas populações.<sup>5</sup> Todo esse processo seria importado anos mais tarde para os grandes centros do Brasil, e posteriormente para Florianópolis, visando afastar a população de baixa renda dos locais valorizados, próximos ao centro da cidade.

O Rio de Janeiro, então capital federal no início do século XX, ainda possuía características do século XIX. Araújo informa que os gestores públicos, buscando alterar os aspectos que consideravam negativos para a capital, iniciaram mudanças em diversas áreas, visando transformar o Brasil em um Estado-Nação moderno.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 134.

<sup>5</sup> ARAÚJO, 1989, p. 135.

<sup>6</sup> Ibid., p. 170.

As medidas que mais impactaram a população consistiam nas remodelações das vias públicas e combate às causas das epidemias. Nesse ímpeto, implantou-se na cidade do Rio de Janeiro grandes avenidas, parques, praças e outros espaços coletivos. Araújo esclarece que foram demolidas infinidades de construções coloniais que os administradores públicos julgavam em estado precário, e que eram moradia das populações de baixa renda, deixando famílias sem domicílio, fazendo com que tivessem que procurar locais mais distantes para morar.<sup>7</sup> Assim, nessa disputa por espaços, localidades até então ocupadas por bairros pobres próximos ao centro, deram lugar a novos espaços coletivos que buscavam atender novos padrões estéticos e sanitários.

Este conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal foi tratado por Sevcenko, na obra *A Revolta da Vacina*, como processo de regeneração, “tratava-se de livrar a cidade desse entulho humano, como uma extensão da política de saneamento e profilaxia, definida pelo projeto de reurbanização”.<sup>8</sup> Ocorreu neste mesmo período forte campanha sanitária a fim de se combater os surtos das várias doenças que se proliferavam na cidade devido à falta de higiene, água potável, destino correto aos dejetos e o grande porto existente, que gerava circulação de pessoas de todas as partes do mundo, trazendo e levando todos os tipos de doenças.

Em certo momento, os moradores mediante lei, foram obrigados a ser vacinados, mesmo a força, o que resultou por iniciar a revolta da vacina<sup>9</sup>. Esta revolta confrontou dois lados distintos, os que comandavam o poder e, de outro lado, comunidades organizadas e o povo anônimo que estava sendo continuamente enxotado do centro da cidade pela reestruturação urbana. Neste caso, já podemos efetuar um comparativo com Florianópolis, que utilizou os mesmos mecanismos ao criar a avenida do saneamento (futura Avenida Hercílio Luz) e o aterramento de diversas áreas que findou por afastar a população de locais próximo ao centro da cidade.

É importante entendermos que a própria falta de higiene corresponde a um determinado modo de perceber o mundo, os valores. O que está em disputa são maneiras de conceber a cidade, e também formas de utilizar o seu espaço. Um sujeito sem-terra e sem dinheiro poderia achar normal criar os seus animais soltos pelas ruas. Mas, alguém que tinha uma casa de comércio, que atendia uma clientela mais refinada, podia achar muito inconveniente os bichos soltos pela rua e julgar isto como uma prática anti-higiênica. O que está em jogo são valores, e também questões práticas sobre o uso do espaço da cidade. De maneira, mesmo que indireta,

---

<sup>7</sup> ARAÚJO, 1989, p. 171.

<sup>8</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993. p. 70.

<sup>9</sup> SEVCENKO, 1993, p. 13.

este fato também se relaciona com a questão do manezinho e as disputas sobre a gestão da cidade. Não se trata em dizer que medidas higiênicas e modernizadoras são condições populacionais de infraestrutura equivocadas, mas elas correspondem a visões de mundo e implicam relações de poder na medida em que alguns grupos ganham espaços e outros perdem.

É interessante compreendermos que juntamente com estas questões relacionadas a gestão das cidades, ocorreram fatos históricos que acabaram tendo íntima relação e contribuindo com tudo que ocorreu no Rio de Janeiro e, em escala menor, no município de Florianópolis. A abolição da escravatura acarretou na migração de milhares de libertos para os grandes centros, ao passo que o crescimento da produção e exportação dos produtos agrícolas, em especial o café, consolidou a entrada de grande capital estrangeiro no país, visando o remodelamento da paisagem urbana.

Os escritores no início do século XX passam a tratar em suas obras os acontecimentos recorrentes ao momento vivenciado no Brasil. Nesse sentido, o jornal passou a ser o veículo de comunicação mais utilizado pela população, tendo alcançado patamares altíssimos no Rio de Janeiro, e posteriormente se espalhado pelo país. Apesar de no início do século XX grande parte da população ainda ser analfabeta, a parte da população que era letrada passou a utilizar este veículo de comunicação para chegar a locais até aquele momento não explorados. Araújo salienta que nesse período os escritores e jornalistas iniciam as atividades de colunista social, ditam normas de conduta em público condenando atos que julgam ser contra a moral e bons costumes das pessoas de bem, evidenciam as atividades culturais e locais de badalação da elite, repassam ao público a moda nos grandes centros e cobram atitudes do poder público, todos estes princípios fundamentados nos valores idealizados como correto pela elite dominante.<sup>10</sup>

### 1.1 A PERSONIFICAÇÃO DO HOMEM DO LITORAL

Nas primeiras décadas do século XX, momento em que a imprensa ganha destaque, percebemos uma certa coalizão de jornalistas, escritores, burguesia e poder público em Florianópolis. Esta unidade visava traçar os problemas da cidade e quais soluções deveriam ser tomadas para que se solucionasse o antigo problema da capital, que não se destacava no cenário estadual, em comparação com alguns municípios que se sobressaiam no desenvolvimento econômico e populacional, não dependendo da sede administrativa para se manterem. Entre esses municípios podemos destacar Joinville, no Norte, com algumas indústrias e com a ferrovia

---

<sup>10</sup> ARAUJO, 1989, p. 141.

que ligava São Paulo a Rio Grande, passando por São Francisco do Sul, além do porto na mesma localidade.<sup>11</sup> Criciúma, no Sul, que explorava o carvão e possuía a linha de trem que o ligava até o Porto de Imbituba.<sup>12</sup> Blumenau que se destacava com as indústrias têxteis e Itajaí, no Vale, que tinha o porto que movimentava a região e escoava os produtos fabricados em Blumenau. E Lages na serra com a estrada que servia de ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul.<sup>13</sup> Todas estas circunstâncias associadas ao fato de Florianópolis ser uma ilha, contribuíam para fazê-la ficar fora destas rotas comerciais, além da difícil travessia em dias de fortes ventos entre ilha-continente e vice-versa. Para completar, até então as localidades que a cercavam, São José e Palhoça, que num passado próximo tinham relativa expressão no comércio, no final do século XIX apresentavam apenas transações regionais.

Araújo aponta que em decorrência dessa diferença de desenvolvimento entre Florianópolis e as demais regiões do estado, por várias vezes a imprensa e escritores do nível de Virgílio Várzea<sup>14</sup>, cobravam pela mudança de localidade da capital do Estado para outra região, alegando que somente desta forma Santa Catarina teria condições de prosperar. A ideia chegou a virar projeto de lei aprovado no Congresso Legislativo, (atual Assembleia Legislativa) visando a mudança da capital para Lages, e posteriormente para o meio oeste, mas foi refutada pelo Executivo alegando os altos custos para a troca de localidade, devido às obras de prédios públicos e estradas<sup>15</sup>.

No início do século XX se destacam em Florianópolis políticos e intelectuais da estirpe de Othon Gama d'Éça, José Arthur Boiteux, Altino Flores, Barreiros Filho, entre outros, que vieram a formar a Academia Catarinense de Letras e ter grande influência na imprensa e espaços culturais. Estando em sintonia com os governos da primeira república, atribuíram a tarefa de gerir o meio intelectual da cidade. Hermetes refere-se a esses intelectuais como *geração da academia*, grupo que na época defendia a tese sobre o atraso econômico, populacional e intelectual do povo ilhéu e do litoral.<sup>16</sup>

<sup>11</sup> FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Joinville: Ipiranga, 1965, p. 78.

<sup>12</sup> BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do Carvão de Santa Catarina**. Santa Catarina: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. p. 35. Disponível em: <[http://www.siecesc.com.br/pdf/livro\\_carvao/a\\_historia\\_do\\_carvao\\_de\\_santa\\_catarina.pdf](http://www.siecesc.com.br/pdf/livro_carvao/a_historia_do_carvao_de_santa_catarina.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2015.

<sup>13</sup> SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Ed. da Universidade, 1968. 377 p. (Biblioteca universitária. Série 2: Ciências Sociais).

<sup>14</sup> Virgílio Várzea (1862-1941), considerado o maior expoente da ficção catarinense do século 19 e início do 20. Foi precursor da literatura marinista (relacionada ao mar) na América do Sul. Amigo do poeta Cruz e Sousa, foi seu parceiro no livro *Tropos e Fantasias* (1885).

<sup>15</sup> ARAÚJO, 1989, p. 124-125.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 150-151.

Segundo este grupo de intelectuais, os imigrantes procedentes do arquipélago das ilhas dos Açores que vieram povoar o litoral catarinense, deram origem a descendentes que possuíam características que os diferenciavam dos demais povos. Estes “habitantes do litoral” foram classificados como pessoas enfermas, vagarosas, acomodadas, sendo considerados como um tipo de “sub-raça”.<sup>17</sup> Percebemos que as diferenças culturais, construídas em partes pela intelectualidade da capital, foram utilizadas por parte do governo municipal e estadual para justificar as obras que visavam o afastamento dos moradores de baixa renda das proximidades do centro. Pretendendo utilizar estas regiões centrais para especulação imobiliária, criou-se a personificação de um povo desacreditado moral e fisicamente, fundamentando a necessidade de prover e administrar as necessidades desses habitantes pelos cidadãos capacitados<sup>18</sup>.

## 1.2 O CONGRESSO DE 1948 E RESGATE DA CULTURA AÇORIANA

Para compreendermos o contexto em torno da construção do Manezinho nos anos 1980, é interessante analisarmos um importante evento, o Primeiro Congresso de História Catarinense realizado em 1948, momento em que se comemorava o Segundo Centenário da Colonização Açoriana em Santa Catarina. Neste mesmo período percebemos que os autores Oswaldo Rodrigues Cabral e Henrique Silva Fontes entre outros, iniciam a utilização do termo açoriano e/ou descendente de açoriano para definir os habitantes do litoral de Santa Catarina.

Carlos Humberto Corrêa, em sua obra *Diálogo com Clio*, esclarece que o Congresso realizou-se devido ao patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na figura de seu presidente Henrique Silva Fontes, caracterizando uma grande transformação em Santa Catarina na maneira de ver e escrever sua História; no seu modo de sentir e procurar reconstruir o seu próprio passado.<sup>19</sup> O Congresso foi o embrião para a criação, anos depois, do primeiro curso superior de História com o surgimento da Faculdade Catarinense de Filosofia.

O Congresso de 1948 permitiu, aos historiadores da terra, sentirem a necessidade de casarem a literatura e o diletantismo, até então bases para a produção e justificativa para o conhecimento histórico, com os modernos processos firmemente científicos da produção do conhecimento histórico.<sup>20</sup>

A autora Maria Bernardete Ramos Flores em seu livro *A Farra do boi*, informa que o planejamento do Congresso incluía extensa programação, abrangendo exposições folclóricas,

<sup>17</sup> ARAÚJO, 1989, p. 157.

<sup>18</sup> Ibid., p. 158.

<sup>19</sup> CORRÊA, Carlos Humberto P. **Diálogo com Clio**: Ensaios de história política e cultural. Florianópolis: Insular, 2003, p.176.

<sup>20</sup> CORRÊA, 2003, p. 177.

geográfica e histórica, com atividades acadêmicas como palestras, conferências e apresentações de teses que tinham a intenção de demonstrar a cultura dos habitantes de origem açoriana no litoral do estado. O Congresso reuniu intelectuais e historiadores brasileiros como Dante de Laytano, Walter Spalding, Hélio Viana, Manuel Diégues Júnior e o português Manuel de Paiva Boléo da Universidade de Coimbra, e grande número de estudiosos catarinenses.<sup>21</sup> Houve mobilização das autoridades municipais, estaduais e até federal, na figura do vice-presidente da República, Nereu Ramos.

O Congresso objetivava evidenciar a colonização portuguesa no litoral catarinense resgatando a sua origem lusitana e o seu legado cultural. Essa busca visava conferir ao litoral a referência a uma memória luso-açoriana catarinense.<sup>22</sup> Flores defende que ocorria “Uma concepção que possibilitasse a esta região definir-se como portadora da história de Santa Catarina, papel que vinha perdendo para outros núcleos de povoamento do Estado”.<sup>23</sup> Santa Catarina era lembrada até então em todo o Brasil pela colonização alemã em função do desenvolvimento econômico dos municípios de Blumenau, Brusque e Joinville.<sup>24</sup>

Devido a campanha de nacionalização iniciada por Getúlio Vargas nos anos 1930 e aprofundada com os desfechos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), podemos compreender pelas informações defendidas por Corrêa e Flores, que em Santa Catarina no período dos anos 1940, havia uma forte mobilização tanto política quanto intelectual. Mobilização essa que ao que parece, visava mudar a maneira como o habitante do litoral era lembrado até então. Podemos entender que o Congresso surge como uma forma de reunir os pensadores da época, para que a história desses habitantes fosse pesquisada, debatida e publicada.

O professor da Universidade de Coimbra, Manuel de Paiva Boléo, foi convidado para o Congresso de 1948 para que contribuísse com suas pesquisas, conferindo maior prestígio ao evento. Boléo destacou que somente após estar em Florianópolis, é que entendeu a importância do Congresso e o esforço das autoridades brasileiras para que houvesse a participação de um português. Segundo Boléo o Congresso “constituiu uma necessidade no Estado de Santa Catarina, onde a cultura luso-brasileira, perigosamente enfrentou a cultura alemã. A finalidade suprema, embora não expressada, era de mostrar para os outros Estados da União, a brasilidade

---

<sup>21</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do boi**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 113.

<sup>22</sup> FLORES, 1997, p. 124.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Ibid.

de Santa Catarina”.<sup>25</sup> No congresso, Boléo citou a obra de Dante de Laytamo intitulada *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul* (1948) que demonstrava a propensão das colônias alemãs existentes no Rio Grande do Sul, e que estas se ‘fecharam’ em torno de si mesmas, as quais o pesquisador relatava como exemplo os registros de casamento e os comunicados das comunidades evangélicas, todos feitos em alemão.<sup>26</sup> Percebemos que esta declaração de Boléo tem o sentido de afirmar que foi graças aos luso-brasileiros que se constituiu uma unidade do estado de Santa Catarina, pois os colonos alemães não tiveram este papel unificador.

Um dos temas abordados no Congresso foi a construção da historiografia sobre os açorianos no litoral de Santa Catarina. Flores defende que:

diante do fracasso no progresso material, em comparação ao desenvolvimento da região colonizada pelos alemães, optou-se pela abordagem que destacasse o caráter de brasilidade de Santa Catarina. Procurou-se resgatar da memória guardada nos arquivos, o papel daqueles habitantes na história da configuração geográfica, proveniente do domínio português no sul do Brasil. Houve empenho em resgatar as tradições que legitimassem esta mesma história: a língua, as árvores genealógicas, as festas, os objetos artesanais, os ofícios.<sup>27</sup>

Podemos entender que a intenção dessa nova historiografia era destacar os feitos dos colonizadores açorianos, desde a imigração, a defesa do território, a superação das dificuldades agrícolas, adaptação a nova localidade, intencionando provar que esses habitantes também eram trabalhadores e não acomodados, como era comum no imaginário social da época, em que somente os imigrantes alemães eram percebidos como produtivos/trabalhadores. Desta forma, houve empenho para ratificar essa trajetória histórica.

Procurando justificar e expor os motivos do que eram considerados como os responsáveis para o baixo desenvolvimento econômico da região litorânea, Cabral expõe no texto *Os açorianos*, as dificuldades enfrentadas pelos açorianos. Podemos destacar as principais, iniciando pelas arbitrariedades nas divisões de terra e a não efetivação do que o reino de Portugal se prontificou a fazer, a falta de produtividade do solo que forçou os açorianos a trocar a cultura do trigo pela mandioca, as seguidas vezes que eram convocados para suprir as tropas de passagem ou alojadas em Desterro.<sup>28</sup> Sucederam-se a estes fatores a tomada da região pelos espanhóis, as frequentes convocações militares forçadas, e após, a ausência e/ou

<sup>25</sup> BOLÉO, Manuel de Paiva. **O congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana**. Coimbra: Coimbra, 1950, p. 47. Boléo era um professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Esteve presente ao Congresso em 1948 e de volta a Portugal, publicou o relatório do evento e outras observações sobre a região. APUD FLORES, p.115.

<sup>26</sup> BOLÉO, p. 19, apud, FLORES, 1997, p. 130.

<sup>27</sup> FLORES, 1997, p. 130-131.

<sup>28</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos (Separata do volume II dos Anais do I Congresso de História Catarinense)**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950, p. 43.

morosidade no ressarcimento dos honorários.<sup>29</sup> Segundo Cabral a vocação do açoriano era o trabalho com o mar, e não lhe faltava vontade de trabalhar, mas os que tentaram viver do plantio em suas pequenas propriedades permaneceram pobres.<sup>30</sup>

O Congresso homenageava os duzentos anos da colonização açoriana, e buscava, nas palavras de Boléo, “resgatar o importantíssimo papel do açoriano na colonização de Santa Catarina”<sup>31</sup>, porém, é necessária cautela quando se tem a intenção de fazer uma conexão com os costumes, memórias e práticas do momento em que acontecia o evento com os fatos ocorridos 200 anos antes. Devido ao tempo, é possível que os pesquisadores contemporâneos a Cabral, tivessem dificuldades para relacionar os acontecimentos dos últimos dois séculos com a busca do legado cultural açoriano. Flores demonstra como o tempo modifica a visão que os habitantes podem ter de sua própria cultura.<sup>32</sup> Utilizando como exemplo as entrevistas que a autora efetuou no interior da Ilha, entre os anos 1988 e 1990, que, em função da elaboração da obra *A Farra Do Boi*, analisou o processo de semelhança cultural referente a questão da açorianidade na grande Florianópolis e a sua compreensão do passado. Quando os moradores eram indagados pela autora sobre a origem dos seus antepassados, as respostas se assemelhavam dos que diziam que nasceram em Florianópolis, e sempre viveram no local, se identificavam como brasileiros; não sabiam de onde tinham vindo; e acreditavam não possuírem ascendência estrangeira. A autora constatou que parte dos entrevistados, que eram de origem açoriana ou que traziam consigo a cultura açoriana, não conservavam consigo suas raízes e nem se viam nesse meio.<sup>33</sup> No entanto, na atualidade, quando os meios de comunicação dispõem ampla grade, para debater acerca das origens da cultura açoriana, é comum perceber-se a defesa da açorianidade nos que são entrevistados, os quais se identificam como emissários dos costumes também praticados nos Açores.

O desenvolvimento e restabelecimento de uma lembrança perdida da cultura luso-portuguesa no litoral catarinense no final dos anos 1940 tiveram pouco alcance junto à sociedade. Temos que ter em mente que a TV não existia no Brasil neste período, e mesmo o rádio era artigo de luxo nas residências e os jornais tinham circulação limitada. A informação tinha muito pouco poder de circulação neste período, o que nos leva a acreditar que as ações resultantes do Congresso não chegaram a grande parte da população. Flores revela que foi confiada apenas a um seleto grupo de homens de destaque e erudição a missão de desenvolver

---

<sup>29</sup> CABRAL, 1950, p. 76.

<sup>30</sup> Ibid., p. 80.

<sup>31</sup> BOLÉO, 1950, p. 18 apud FLORES, 1997, p. 114.

<sup>32</sup> FLORES, 1997, p. 120.

<sup>33</sup> Ibid., p. 120.

a identidade histórica cultural. Para a construção desta história, foi fundamental um processo de recuperação dos fragmentos do passado. Cabral convocava intelectuais na tentativa de pesquisarem sobre o tema, vasculhassem os arquivos quase intocados do Estado sobre o assunto.<sup>34</sup>

#### Segundo Flores a

história da colonização açoriana até o momento do “Congresso” havia entrado para as páginas das “Memórias” de forma esporádica e dimensionada de duas maneiras: como um capítulo na diversidade dos acontecimentos político-administrativos da capitania e outras questões; e como um acontecimento descrito em seus números e meandros burocráticos, dentro do universo do povoamento situado num ponto remoto do passado.<sup>35</sup>

Muito pouco material havia sido produzido até a época do Congresso sobre a colonização açoriana no litoral catarinense. Flores entende que no decorrer do Congresso, busca-se mudar a concepção negativa do morador do litoral, que era visto como pessoa preguiçosa e incapacitada, passando ao tratamento de pessoas que lutaram com garra e dignidade na defesa da terra e edificação do litoral catarinense.<sup>36</sup> Flores conclui que:

Foi no bojo desta discussão, portanto como se vê, que a “açorianidade” foi inventada. Sem desmerecer os trabalhos de pesquisa histórica efetuados na construção desta açorianidade, quis enfatizar tão-somente o caráter político da cultura. Foi num momento de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, que o tema “açoriano” ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como arquivos foram abertos e remexidos.<sup>37</sup>

Acreditamos que no período do Congresso, buscava-se uma percepção diferenciada do legado açoriano no litoral catarinense, diante de toda a conjuntura política e cultural vivenciada no período, e que tivemos a oportunidade de analisar neste item. Entretanto, compreendemos que o termo açorianidade ainda não estava em discussão nos anos 1940, utilizando como referência a obra de Corrêa já citada no trabalho, a revista *Atualidades* de 1948<sup>38</sup> e o jornal o Estado que cobriu o evento com várias matérias. Somente viria a ser empregada a expressão açorianidade, muito difundida nos anos 1980, pelos motivos que analisaremos nos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

<sup>34</sup> FLORES, 1997, p. 120.

<sup>35</sup> BRITO, Paulo José de. *Em Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*, escrita em 1816, insere uma descrição política da Villa de Nossa Senhora do Desterro e das freguesias do interior da Ilha. p.38-45. Esta obra tem sido básica para a posterior historiografia catarinense, apud FLORES, 1997, p. 123.

<sup>36</sup> FLORES, 1997, p. 133.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>38</sup> *Atualidades*, nº 10, out, 1948. Edição Comemorativa. Primeiro Congresso de História Catarinense.

### 1.3 FRANKLIN CASCAES E A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE

Na época do Congresso o professor Franklin Cascaes, que já coletava materiais para estudo, não foi convidado a partilhar suas pesquisas com os participantes do referido Congresso. Possivelmente esteve presente como um espectador curioso e interessado aos debates, mesmo sem o reconhecimento de suas pesquisas por parte dos congressistas.<sup>39</sup>

A partir da década de 1940, percebendo as transformações pelas quais a cidade de Florianópolis estava passando, o professor de desenho na então Escola de Aprendizes e Artífices – atual IFSC<sup>40</sup> Franklin Cascaes<sup>41</sup> começou a produzir imagens que remetiam a aspectos da cultura popular, em gravuras, esculturas e nanquins sobre papel.<sup>42</sup> Estas práticas da cultura popular apareciam com uma frequência cada vez menor, principalmente nos moradores que residiam no centro e áreas mais urbanizadas da cidade. Contudo, é interessante assimilarmos teoricamente o que seria cultura e identidade. Renato Ortiz já tratava o tema cultura brasileira e identidade nacional nos anos 1980 e dizia ser um antigo debate que se travava no Brasil, no entanto permanecendo atual.<sup>43</sup> Tema permanente perante os intelectuais brasileiros, e que ainda gera empenho no intuito de compreendê-lo.

Ortiz destaca o caráter incorreto da ideia de “cultura brasileira” visto que, como representação simbólica percorre entre relações de poder, não tendo como admitir-se uma identidade indiscutível, como expressão que reflete a cultura brasileira. Consequentemente,

---

<sup>39</sup> SOUZA, 2004, p. 41, apud MICHELMANN, Alan Cristhian. **Franklin Cascaes, A divulgação turística de Florianópolis e a invenção da “Ilha da Magia”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015, p. 22.

<sup>40</sup>Inaugurada em 01 de setembro de 1910 com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices, mudou seu nome, mediante decreto presidencial em 1940, para Escola Industrial de Florianópolis, sendo em 1941 o início da carreira de professor de Franklin Cascaes. Com a reforma educacional implementada pelo Governo militar em 1970, as escolas industriais passaram a atender pela nomenclatura “Escolas Técnicas”, ficando assim a antiga Escola de Aprendizes e Artífices sendo chamada de Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Em princípios dos anos 2000, outra alteração na nomenclatura, passando agora a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET). Por fim, em meados dos anos 2000, visando adequar essas instituições as novas realidades política, educacional e profissional, os “centros” passaram para a categoria de Institutos Federais, assim sendo, atualmente, atende pelo nome de Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). MICHELMANN, 2015, p. 17.

<sup>41</sup> Franklin Joaquim Cascaes segundo Alan Michelmann, nasceu na Praia de Itaguaçu no ano de 1908, e faleceu em março de 1983 em Florianópolis. De família proprietária de terras naquela região, cresceu, conviveu e apreendeu sobre o modo de vida daqueles que trabalhavam na propriedade de seus pais. Muito disso serviu de base para desenvolver o seu interesse em manter vivo aspectos que este identificava estarem em rápido processo de desaparecimento, ou seja, a cultura popular dos habitantes de Desterro, mais especificamente as comunidades rurais e pesqueiras. MICHELMANN, 2015, p. 17.

<sup>42</sup> KRÜGER, Aline Carmes Fragmentos de uma coleção: as obras de arte em papel de Franklin Joaquim Cascaes. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Florianópolis, 2011, p. 18.

<sup>43</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 7.

toda intenção de definir um suposto entendimento de cultura nacional, abrange desse modo, uma influência política.

A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.<sup>44</sup>

Disposto dessa maneira, não há possibilidade de se definir a autenticidade ou adulteração, visto que as próprias metodologias de definição do que é cultura e identidade, modificam-se perante a perspectiva de mundo e as ambições dos que a analisam considerando o tempo. Resultando dessa discussão, a ideia de uma história da identidade e da cultura brasileira, que apenas serve aos interesses dos diversos grupos sociais em suas relações com o Estado. Desta forma, a intenção não é questionar a legitimidade, ou não, de uma imaginada identidade brasileira, mas questionar-se com relação a quais princípios e benefícios estão direcionadas esta construção representativa, quais grupos e finalidades compõem sua concepção.

Ao analisar as pesquisas do sociólogo Octávio Ianni, Ortiz destaca que o projeto das políticas governamentais ultrapassava o plano econômico e administrativo, prolongando-se ao cultural, possivelmente perante a sensação da expansão do mercado de patrimônios culturais, da década de 1970 em diante. As inovações tecnológicas na área de comunicação, o aumento da classe média e o “milagre econômico”, do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970, contribuíram para a expansão do mercado cultural, com o impressionante desenvolvimento da produção, disseminação e consumo de bens culturais.<sup>45</sup>

Não resta dúvida que a política estatal pós-64 tem um impacto efetivo sobre o mercado cultural, ela atua, no entanto de diferentes maneiras e através de uma pluralidade de formas. Por exemplo, a política de turismo tem um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular.<sup>46</sup>

A ideia de Integração Nacional, concebida levando-se em consideração a ideologia de Segurança Nacional, idealizou a cultura numa interpretação funcional, durkheimiana<sup>47</sup>, como

<sup>44</sup> ORTIZ, 2006, p. 41.

<sup>45</sup> Ibid., p. 87.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> O método funcionalista de análise da sociedade, traz como referência à visão da sociedade como um organismo, isto é "semelhante a um organismo vivo, um todo integrado, onde cada parte desempenha uma função necessária ao equilíbrio do todo". O corpo e suas características passam a ser visto como um modelo para a sociedade, a harmonia de suas diversas funções passa a ser um "espelho" para o conhecimento da sociedade capitalista, que "como um corpo biológico, que precisa ser bem observado, para em seguida, conhecer sua anatomia e aí descobrir as causas e as curas de suas doenças". SOCIOLOGIA de Émile Durkheim. Sociologia na sala de aula. 20 jun. 2010. Disponível em: <<http://sociologianasaladeaula.blogspot.com.br/2010/07/o-metodo-funcionalista-de-analise-da.html>>. Acesso em 30 ago. 2016.

alicerce cultural da cooperação orgânica da nação. Desta forma, o Estado dedica-se no desenvolvimento da cultura de massas, fomentando a participação do capital privado. Restava ao governo definir as normas e fornecer as conveniências.

Cascaes compreendeu que o processo de mercantilização da cultura popular brasileira não se dava apenas nas grandes capitais, mas havia chegado também a Florianópolis. Desta forma, a partir de suas pesquisas e realizações conforme Aline Kruger analisa em sua dissertação “*Fragments de uma coleção: as obras de arte em papel de Franklin Joaquim Cascaes*”, mantinha suas transcrições visando expor o cotidiano do povo, a qual nas próprias percepções da população seria comum e frequente, fatores tidos como sem nenhuma importância, desmerecedor de se mencionar ou se preservar, tendo em vista que seriam tarefas rotineiras. No que se refere as esculturas, Cascaes simbolizava engenhos de farinha em movimento com tração animal. Por meio de suas ilustrações revelava o registro da cidade que se perdia, a representação de uma mudança na experiência de vida que se transmitia.<sup>48</sup> Podemos notar a consciência em idealizar a arte visando a compreensão de todos, inclusive das pessoas desprovidas de instrução, desta forma percebemos amplo destaque na elaboração das esculturas e desenhos, como o artista mesmo se fazia compreender. Cascaes se atentou em representar singularmente, hábitos do ofício como os artesões, trabalhadores na roça, o pescador, a mulher que pila o café, trabalho doméstico e vendedores ambulantes<sup>49</sup>. Esse cotidiano nos idos dos anos 1960 era encontrado apenas nas localidades mais rurais de Florianópolis.

A Florianópolis descrita acima, e que Franklin Cascaes tinha grande identificação e a intenção de resguardar, em meados da década de 1950 já sofria um processo de mudança que ia à direção oposta. Cascaes tinha grande receio que os costumes da ilha estivessem sucumbindo. Segundo Michelmann em sua monografia “*Franklin Cascaes, A divulgação turística de Florianópolis e a invenção da ‘Ilha da Magia’*”, para elite intelectual de Florianópolis, Cascaes não seguia o “padrão acadêmico” e o modo como seus estudos eram feitos e a metodologia utilizada na pesquisa de campo era questionada.<sup>50</sup> Michelmann nos informa que na segunda metade dos anos 1950 Cascaes começa a publicar alguns artigos no jornal A Gazeta sobre os hábitos e práticas dos antigos moradores da Ilha de Santa Catarina. A partir deste momento Cascaes passa a ter algum reconhecimento de seu trabalho, como aparece em matérias do jornal O Estado, que chega a classificá-lo como o abnegado do folclore.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> KRÜGER, 2011, p. 95-109.

<sup>49</sup> Ibid., p. 95-109.

<sup>50</sup> MICHELMANN, 2015, p. 22.

<sup>51</sup> Jornal O Estado, 5 ago. 1959, apud MICHELMANN, 2015, p. 24.

Porém, Cascaes teve dificuldades em conseguir apoio oficial, ao mesmo tempo em que os habitantes do interior da Ilha reconheciam o esforço do professor, e a imprensa concedia espaço para as matérias e artigos que enfatizavam o trabalho de Cascaes, perante as autoridades públicas locais e estadual não obteve auxílio em suas pesquisas.

Esta situação de falta de reconhecimento das obras de Cascaes por parte do governo municipal, estadual e da elite intelectual de Florianópolis, vai sofrendo alterações com o passar dos anos 1970 segundo Michelmann. A partir da parceria de Cascaes com Gelci José Coelho, mais conhecido como Peninha, que possuía ligações no meio cultural da cidade, os trabalhos do professor começam a ser expostos na UFSC e Assembleia Legislativa.<sup>52</sup> Em 1975 ocorre a primeira exposição individual do professor no Estúdio A/2.<sup>53</sup> Deste período em diante Cascaes participa de várias exposições e viagens de estudos até seu falecimento, em março de 1983.

Percebemos que entre os anos 1970 e 1980 há o processo de ressignificação na obra de Cascaes. O componente mitológico da obra, que primeiramente não despertou o mesmo interesse que esculturas e os desenhos a nanquim e a bico de pena que retratavam os aspectos da religiosidade, com o passar do tempo foram justamente essas representações mitológicas que passaram a qualificar Cascaes como artista e a torná-lo uma personalidade de destaque no meio cultural local. Michelmann defende que foram utilizadas estratégias para este legado ser utilizado:

Mantendo vivo o “bruxo da Ilha” onde diversos setores estariam articulados, entre eles, o do turismo, o qual viria ser um dos trunfos da gestão de Esperidião Amin que durante o seu período de mandato, buscou incrementar o viés turístico por intermédio de aspectos da cultura catarinense, mais precisamente, a construção de uma identidade multicultural. Com o legado deixado por Cascaes, Florianópolis teria um aspecto cultural que o identificasse e servisse aos interesses mercadológicos do turismo.<sup>54</sup>

Podemos compreender que o poder público conjuntamente com grupos empresariais, procuravam desenvolver o turismo na cidade, e uma das estratégias era utilizar a cultura do litoral para este fim. Valendo-se de uma parte específica das produções de Cascaes, direcionaram-na da forma que convinha, para tornar a cidade atrativa na área turística e imobiliária. Estas questões serão melhor analisadas no capítulo 3 deste trabalho.

Visando assimilar melhor a cidade que Cascaes estava vivenciando em sua idade mais avançada e quando suas obras são descobertas, vamos utilizar a monografia de Carla Acordi

---

<sup>52</sup> MICHELMANN, 2015, p. 27.

<sup>53</sup> A cidade de Florianópolis passa a contar com um espaço para a divulgação das artes produzidas em Santa Catarina, por iniciativa de Beto Stodieck, que inaugura em 1973 o Studio A/2.

<sup>54</sup> MICHELMANN, op. cit., p. 33.

“*Dos desterrados aos motorizados: os "milagres" da ditadura em Florianópolis*”<sup>55</sup> que aborda parte do período militar em Florianópolis. O Brasil passava pelo momento que se intitulava ‘O milagre econômico’ ocasionando a vinda para a cidade de diversos investimentos governamentais e a conseqüente chegada de uma nova classe média para preencher as vagas de emprego que necessitavam de formação específica. Conjuntamente, ocorria a vinda de diversas famílias do interior do estado, em busca de melhores condições de trabalho. Acordi descreve que esse salto quantitativo da classe média se desmembrou em duas partes de grande relevância para o futuro da Capital. Uma já consolidada na ilha, de famílias mais tradicionais vinculadas a burguesia que estavam prosperando durante o século XX. Estas famílias faziam parte do grupo político que dominava Florianópolis e deram início ao projeto turístico e imobiliário que transformou a cidade e culminou por agravar os diversos problemas de infraestrutura já existentes no período. Apesar do caráter progressista que tinham na área política e atividades empresariais, esses grupos eram essencialmente constituídos por pessoas de religião católica, conservadoras, e demasiadamente vinculadas aos princípios morais e os bons costumes. Em contrapartida, a nova classe média recém-chegada, estava em consonância como crescimento da cidade, sendo esta composta pelos novos funcionários públicos, professores universitários, e outros profissionais graduados vindos a partir dos anos 1960 e 1970.<sup>56</sup>

Acordi informa que nessas décadas os investimentos efetuados pelo governo ditatorial foram significativos no que se refere a edificação da fisionomia da nova cidade. Em um período de 10 anos ocorre a fundação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) em 1955, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960, do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) em 1962, e da Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1965. Com a criação destas novas empresas públicas, veio conjuntamente todo um corpo de trabalhadores qualificados com remunerações salariais extremamente superiores ao qual a cidade encontrava-se habituada, originando um período de modernização na vida dos habitantes, de transformações tecnológicas e de introdução de modelos de consumo contemporâneo.<sup>57</sup>

Compreendemos que o grau de cidade serena que os florianopolitanos se encontravam habituados, passou por uma alternância, com a vinda da UFSC e outras estatais, sendo que novos postos de trabalho foram introduzidos na cidade e os honorários modificariam o

---

<sup>55</sup> ACORDI, Carla. **Dos desterrados aos motorizados**: os “milagres” da ditadura em Florianópolis (1968/1978). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UDESC, 2011.

<sup>56</sup> ACORDI, 2011, p. 47.

<sup>57</sup> Ibid.

semblante da capital permanentemente. Distintas categorias com poderio de compra apareceram, uma classe média diferente dos padrões que a população estava adaptada trouxe consigo uma nova óptica para a pacata cidade. A classe política dominante, conjuntamente com a camada social abastada já existente, idealizava um novo modelo de gestão para a cidade em que a característica marcante seria o desenvolvimento turístico e imobiliário. Aproveitou-se da chegada da nova classe média, que trazia consigo automaticamente novo poder aquisitivo derivado de novas fontes de renda.

Imaginemos Florianópolis no dia 1 de julho de 1972, às sete e meia da manhã. Imaginemos também um engenheiro, funcionário público há pouco mais de cinco anos, que receba no conforto – ou quase isso – de seu lar, mais um exemplar do Jornal O Estado, um dos maiores de Santa Catarina. Entre o editorial e as notícias internacionais, ele vai se deparar com o anúncio de um novo empreendimento imobiliário que diz o seguinte: “Em outubro será entregue o conjunto residencial Alves de Brito. Com você dentro”. Tal publicidade interessa, e muito o leitor, pois desde que ingressou na carreira pública tem contato com colegas de trabalho que mudaram de casas localizadas em bairros periféricos da cidade para edifícios de apartamento próximos ao centro da cidade ou no próprio centro.<sup>58</sup>

Acordi entende que a facilidade de obtenção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos como geladeiras, aparelhos de TV, automóveis e apartamento próprio, próximo ou no centro, foi a condição em que essa nova classe média, recém-chegada à Florianópolis encontrou para se distinguir dos demais trabalhadores existentes na cidade.<sup>59</sup>

Diante de todas estas transformações que a cidade passava, estava o habitante local que vivia nos bairros mais afastados da cidade, acostumado à sua vida simples, tentava compreender o que se passava com seu bairro, sua rua, seus novos vizinhos. Aos poucos as diferenças de costumes, que num primeiro momento apenas geravam estranheza, tanto para o novo morador quanto para o antigo, em muitos casos transformaram-se em rixas e desavenças. Com o passar dos anos, essas disputas locais, cresceram de tal forma que passou a abranger toda a cidade, e o que, no começo era apenas uma disputa pelo local correto da cerca que dividia o terreno, elevou-se a disputas por espaços nas áreas culturais, acadêmicas e políticas. As mídias, entre elas o jornal, passaram a abordar no seu dia a dia estes conflitos, muitas vezes chegando a incentivar essas disputas. Estas questões serão problematizadas no capítulo a seguir.

---

<sup>58</sup> Jornal O Estado. 1 jul. 1972, p. 12, apud ACORDI, 2011, p. 48.

<sup>59</sup> Ibid., p. 46.

## CAPÍTULO 2 – MOBILIZAÇÃO PELAS COLUNAS SOCIAIS

### 2.1 ENTENDENDO O JORNAL O ESTADO

Procurando informações sobre o jornal O Estado, tentando compreender a história do periódico desde sua fundação, até o momento em que encerrou suas atividades em 2009,<sup>60</sup> quais os proprietários e a que causas serviu, tivemos acesso a um caderno especial que foi lançado em 2015 pelo grupo RIC, visando a comemoração dos 100 anos de fundação do periódico. Utilizaremos deste fascículo e como contraponto a tese de doutorado de Leani Budde “*Jornadas impressas: o Estado e Florianópolis - 1985 a 2009*” como fontes<sup>61</sup>, para que pudéssemos perceber a conjuntura na qual estavam inseridos os jornalistas cujos textos foram utilizados no desenvolvimento da monografia. Produzimos um relato fundamentado nos fatos lembrados pelos agentes que vivenciaram o jornal, compreendendo que não há uma verdade absoluta.

O jornal O Estado, foi fundado no dia 13 de maio de 1915 por Henrique Rupp e Ulisses Costa, passando por outros proprietários, entre eles Victor Konder e Altino Flores. Comprado em 1945 mediante testa de ferro por Aderbal Ramos da Silva, o mesmo visava a utilização do jornal como instrumento político, o que já ocorria desde a década de 1920 com os antigos proprietários. A partir de então, o jornal ganhou dinamismo empresarial, embora Aderbal nunca tenha estado presente na condução explícita da gazeta. A intenção do político na área da comunicação abrangia conjuntamente a rádio Guarujá, unificando os dois instrumentos com a incumbência de utilizá-los como propagadores de seu estandarte político partidário, o PSD. A influência de Aderbal sobre o jornal e a Guarujá estendeu-se até sua morte em 1985. O ex-governador presidia o grupo Hoepcke, complexo empresarial que incluía os veículos de comunicação, e teve evidente domínio nas indicações políticas catarinenses de 1946 a 1985. Esteve diretamente envolvido nas campanhas triunfantes de Celso Ramos (1961-1965) e Ivo Silveira (1966-1971). A ascensão do jovem político Esperidião Amim, prefeito nomeado de

---

<sup>60</sup> A circulação diária encerrou-se em 31 de maio de 2007, data do último exemplar arquivado na Biblioteca Pública de Santa Catarina. Depois disso ocorreram edições com periodicidade indefinida, por vezes semanal, até o início de 2009.

<sup>61</sup> BUDDE, Leani. *Jornadas impressas: o Estado e Florianópolis - 1985 a 2009*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106850/318075.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 set. 2015.

Florianópolis em 1975, é consequência da ação direta de Aderbal, atuando também na eleição de Amim para a câmara dos deputados em 1978 e governo catarinense em 1982<sup>62</sup>.

O jornal O Estado, foi o primeiro a atingir todas as regiões do estado, nos anos 1970. A extensão foi uma reação à criação, em Blumenau, do Jornal de Santa Catarina, em 1971, que utilizando jornalistas do Rio Grande do Sul, estabeleceu em Florianópolis uma ampla sucursal. Em resposta ao concorrente, O Estado acaba chegando a “fase áurea do jornal”, estabelecendo sucursais em todas as regiões do estado, introduzindo maior profissionalismo em suas páginas. Falamos em profissionalização, pois até o momento o jornal era formado por pessoas sem experiência de trabalho na área, e com formação em outro ramo, não sendo jornalistas. A partir dos anos 1970, o jornal começa a contratar uma equipe de jornalistas formados em universidades e com experiência em outras gazetas.<sup>63</sup> Ao mesmo tempo em que se profissionalizava o jornal, aos poucos foi-se alterando as representações no modo como o jornalismo era feito. Alguns correligionários do PSD acostumados a serem protegidos com o silêncio do jornal, em questões que iam contra a comunidade, passaram a estranhar que o periódico abordasse esses temas.

Com a transformação de O ESTADO se criou aquela estrutura de redação, que não existia, o jornal na verdade era um instrumento político até ali. Com a transformação ele passou a ser olhado pelos próprios donos com uma visão mais profissional, tratando mesmo do jornalismo.<sup>64</sup>

Segundo Budde o depoimento confirma como a mudança no enfoque do jornal causou impacto no público leitor e no círculo de correligionários do PSD, mesmo que não tenha deixado de ser também um instrumento político.<sup>65</sup> Apesar de relativa mudança, temos que ter em mente que resultante da união entre PSD e UDN formou-se a ARENA, partido que apoiava a ditadura civil-militar no Brasil. Sendo Aderbal Ramos, proprietário do periódico e pertencente à ARENA, podemos entender que por mais que não interferisse diretamente na condução do jornal, e concedesse relativa liberdade aos profissionais, o editorial e principais reportagens, davam suporte ao regime e defendiam os interesses do conglomerado empresarial que ARS presidia.

Como visto anteriormente, com o desenvolvimento do O Estado, diversos profissionais são contratados, e entre estes colaboradores destaca se Aldírio Simões que iniciou no jornal O Estado nos anos 1970, passando pelos jornais “Diários Associados”, “Diário Catarinense”, A Notícia e ANcapital, atuando também nas TVs Cultura, Barriga Verde e SCC e nas rádios A

<sup>62</sup> <http://ndonline.com.br/cem-anos-oestado/caderno-especial/> acessado em 11/03/2016 as 9:42h

<sup>63</sup> BUDDE, 2013, p. 38.

<sup>64</sup> MEDAGLIA, depoimento, 2012, apud BUDDE, 2013, p. 59.

<sup>65</sup> Ibid., p. 54.

Verdade, Cultura e Diário da Manhã. Produziu e apresentou o programa Bar Fala Mané no SBT. Conjuntamente a estas atividades atuou em épocas distintas nos anos 1980 e 1990 como superintendente da Fundação Franklin Cascaes, diretor de arte da Fundação Catarinense de Cultura e coordenador do carnaval de Florianópolis em várias ocasiões. No jornal O Estado possuía as colunas Fala Mané e Domingueiras, nestas eram retratadas diversas questões culturais, sendo o destaque principal o carnaval, grande paixão do jornalista<sup>66</sup>.

## 2.2 A QUESTÃO DO MANEZINHO NAS CRÔNICAS DO JORNAL O ESTADO

Com o decorrer dos anos 1980 instigam-se em Florianópolis as disputas locais em torno das questões culturais, cargos públicos, disputa por espaços e o modo como a cidade estava crescendo, acarretando no acirramento dos ânimos entre os habitantes, referente ao termo ‘manezinho da ilha’.<sup>67</sup> Os jornalistas, percebendo o momento, instigam a população com notas inflamadas em suas colunas, fazendo com que o assunto virasse febre nas rodas de bares e repartições públicas da cidade. Perceberemos pelo teor das crônicas neste capítulo, que o tema estava longe de ser esgotado. Mais precisamente no ano de 1987, esta efervescência chega ao ápice, dividindo os jornalistas e colunistas do jornal O Estado, no qual configura-se uma disputa em várias frentes, sendo conjuntamente entre os moradores locais e os “vindos de fora” e entre os próprios nativos. Nas definições para delimitar o que seria um autêntico Mané, Aldário Simões, Paulo Clovis Schmitz, Raquel Wandelli e Raul Caldas Filho, todos atuando no jornal O Estado em 1987 entre outros, entram nessa controversa competição, visando a definição do termo ‘manezinho da ilha’.

Para Aldário na cidade antiga, chamar um ilhéu de manezinho era o mesmo que xingar a mãe do sujeito, o mesmo que comprar uma briga gratuita, ficava ofendida no ato. Era um termo considerado pejorativo, um palavrão. O mesmo que jacu, um matuto. Um Jeca tatu de Monteiro Lobato, um cara da roça, com cheiro de engenho e farinha nova”.<sup>68</sup> Ainda segundo Aldário, um dos primeiros a se manifestar sobre a forma pejorativa como o termo manezinho era utilizado, foi Amaro Seixas Neto<sup>69</sup>, que aceitou essa polemica e se intitulou matuto da ilha,

<sup>66</sup> <http://deolhonacapital.blogspot.com.br/2007/01/in-memori.html>, Acessado em 15/03/2016 as 14:30h

<sup>67</sup> Ocorre dos anos 1960 em diante, a ocupação desordenada de Florianópolis, em função da grande densidade demográfica. Devido ao projeto político dos gestores da cidade, estar pautado na exploração turística e imobiliária utilizando o patrimônio cultural existente ocorre o acirramento nas disputas por espaços na cidade. Entre essas demandas estão às definições de quem seriam os autênticos manezinhos da cidade.

<sup>68</sup> SIMÕES, Aldário. Como se define um manezinho. **O Estado: Leitura e Lazer**. Florianópolis, 21 jun. 1987. p. 10-10.

<sup>69</sup> Amaro Seixas Netto (02/11/1924 – 23/05/1984) nasceu em Florianópolis. Jornalista profissional, Professor, Escritor, Meteorologista, Astrônomo, fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina;

para ele uma questão de orgulho. Porém, de acordo com Aldório, Amaro seria um “matuto astuto, inteligente, criativo, defensor dos aspectos culturais, históricos e ecológicos da Ilha. Quando ainda não se falava em ecologia. Ele era um matuto autêntico como gostava de ser classificado”.<sup>70</sup> Outro ilustre catarinense, Luiz Henrique Rosa<sup>71</sup> ao evidenciar seu amor pelas coisas de Florianópolis, foi o primeiro a se intitular manezinho da ilha, conforme Aldório destaca em sua coluna.<sup>72</sup>

Aldório descreve em sua coluna que em uma reunião etílica no Bar Petit, junto com Raul Caldas Filho, entre outros, tentavam chegar a uma conclusão sobre quem seria a representação do manezinho da ilha, no que perceberam ser bem abrangente a definição e muito discordante as opiniões. Iniciando pelo questionamento: Para ser um manezinho, era necessário ter nascido em Florianópolis? Pois Luiz Henrique Rosa se definia como manezinho, mas não tinha nascido na ilha. Para Raul Caldas Filho<sup>73</sup>, o termo se aplica a pessoas que tinham nascido no interior da ilha, ou na beira do litoral, que descendam dos colonizadores açorianos, que tenham o linguajar ligeiro e que mantêm a espiritualidade, a índole e o temperamento contemplativo do açoriano, sem a arrogância engravatada do Ilhéu urbano.

De acordo com a opinião de Raul, podemos entender que Manezinho era aquela pessoa comum que vivia longe do centro da cidade, possivelmente tendo a profissão de pescador, agricultor ou artesão, podendo até ser um pouco de cada. Essas pessoas se diferenciavam basicamente dos moradores urbanos, fora as questões já levantadas por Raul, por não admitirem serem chamados de manezinho, termo que havia virado “moda” na cidade. Para os moradores do interior da ilha, manezinho era e continuava sendo um xingamento, enquanto no centro passou a ser elogio.

---

fundador das Faculdades de Direito e Filosofia da STES; foi membro da Academia Catarinense de Letras; da Academia de Ciências de Roma-Itália; Instituto de Ciências Astronômica e Cosmológica, da Universidade Livre Leonardo da Vinci - Palermo (Itália); da Associação Catarinense de Escritores - Florianópolis, SC; da Comissão Catarinense de Folclore, e da União Brasileira de Trovadores. BIOGRAFIA. Official Website Luiz Henrique. Disponível em: <<http://www.luizhenriquerosa.com/biografia>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

<sup>70</sup> SIMÕES, 1987.

<sup>71</sup> Luiz Henrique Rosa (Tubarão, 25/11/38 - Florianópolis, 09/07/85) foi um violonista e compositor de bossa nova e MPB. É de sua autoria a melodia do hino do Avaí Futebol Clube. Aos 11 anos mudou-se para Florianópolis, lugar que homenageou até as últimas canções. Em 1965, no auge da bossa nova no Brasil, Luiz Henrique partiu para os Estados Unidos, onde conviveu com grandes músicos norte-americanos. E com muitos brasileiros, como Sivuca, Hermeto Pascoal, Walter Wanderley, João Gilberto e Aírto Moreira. O músico permaneceu nos Estados Unidos até 1971, quando então voltou à sua amada ilha. BIOGRAFIA, 2016.

<sup>72</sup> SIMÕES, 1987.

<sup>73</sup> Raul Caldas Filho (13/09/1940) nasceu em São Francisco do Sul (SC), mas criou-se e tem passado quase toda a sua vida em Florianópolis, com exceção de dois períodos em que morou no Rio de Janeiro, um na infância, entre 1944 e 1945, e outro quando trabalhou por quase dois anos (1967/68) na revista Manchete. Formado em Direito, jornalista profissional, cronista e ficcionista, exerceu funções jornalísticas em setores de imprensa, relações públicas e comunicação do governo de SC em diversas administrações, a partir de 1963. O ESCRITOR: carreira jornalística. Raul Caldas Filho: Escritor e Jornalista. Disponível em: <<http://www.luizhenriquerosa.com/biografia>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

Nesta disputa, Aldírio havia listado cerca de 50 pessoas que julgava serem manezinhas, como Manoel Menezes, Içuriti Pereira, Túlio Carpes, Pitanga, Nezinho Espindola, Tuca Pardal, Décio Bortoluzzi, entre outros. Raul considerava estes, Ilhéus urbanos, sendo que Aldírio discordava deste posicionamento, pois, para ele, Manezinho não precisa ter necessariamente nascido no interior da ilha, mas teria que ter cheiro da ilha, de mar, de peixe. Pode ter formação universitária, ser doutor, político, até por que o manezinho sempre é doutor em alguma coisa, mas o procedimento, o gesticular e o falar chiado de manezinho. Que de repente se pega num *olho-lhó-ólhó* de perplexidade<sup>74</sup>.

“E como manezinho da ilha está virando moda, vou promover uma reunião de ilhéus no calçadão da Felipe num sábado pela manhã para proceder a entrega do Troféu Manezinho da Ilha para 20 deles.”<sup>75</sup>

Para entendermos a concepção de Aldírio sobre o manezinho, vamos transcrever várias frases que o autor utiliza na crônica “*Como se define um manezinho*” em sua coluna, Domingueiras, na qual aborda o assunto. Para Aldírio, Manezinho é aquele que quando está num botequim, um forasteiro ao lado começa a falar mal da terrinha, o sangue sobe logo à cabeça, fica fulo da vida e intercepta cala boca ô istepô. O manezinho come peixe com as mãos sem dispensar uma farinha nova, come tainha e chuchu no feijão. O manezinho gosta sempre de saber das últimas, é um fofoqueiro, um faroleiro em potencial. Não perdoa o ex-prefeito Nilton Severo da Costa por ter sido conivente com o assassinato do nosso Miramar. Fica irritado quando a exploração imobiliária derruba nossos casarões açorianos, árvores centenárias, mas não toma nenhuma iniciativa para protestar. Seu protesto fica restrito a um bar, junto a um amigo e um copo de traçado.<sup>76</sup>

Ao analisar a última frase de Aldírio, percebemos que na definição de manezinho, para o autor, o cidadão por ser simples e humilde, somente reclamava das condições que julgava ruim para sua cidade, ao estar bebendo com os amigos no boteco. Não se organizando em associações de bairro ou outros grupos, visando, por exemplo, discutir o Plano Diretor da região ou pressionar os políticos do município para empenharem-se pela preservação da sua localidade. Nas entre linhas do comentário, para Aldírio o manezinho apenas reclamava e deixava a vida seguir adiante.

---

<sup>74</sup> SIMÕES, 1987.

<sup>75</sup> Ibid., p. 09.

<sup>76</sup> Ibid. Como se define um manezinho.

No mesmo período Paulo Clovis Schmitz<sup>77</sup> utiliza seu espaço no O Estado ampliando o debate, emitindo sua opinião e dando espaço para algumas figuras conhecidas na cidade darem seu pitaco sobre o tema. Para Paulo o único consenso sobre a definição do Manezinho, é que o termo se ampliou no decorrer dos anos 1980. Manezinho era antes um morador do interior da ilha, aquele pescador ou plantador de mandioca que vinha ao centro uma vez por ano, quando vinha, por que na época da discussão, o jornalista informa que ainda havia pessoas com filhos e netos que não conheciam a cidade. O termo era pejorativo, designando o matuto, o jeca sem escola, ou ainda alguém que se queria rebaixar, tornar alvo de chacota, mesmo entre os mais cosmopolitas. E que, em decorrência da notoriedade de pessoas como Luiz Henrique Rosa, Amaro Seixas Neto e Franklin Cascaes, ambos mortos na época da discussão, que assumiram a condição de manezinhos e/ou matutos, iniciou-se o movimento dos ilhéus urbanos de dizerem pertencer a este grupo.<sup>78</sup>

“Teria o manezinho se urbanizado, ou essa gangue de **buonvivants** que peregrina pelos bares, tem paixão pela vida boêmia e as vezes ganha salário de **marajá** reivindica o título para manter de pé uma característica ilhoa em todos os sentidos?”<sup>79</sup>

Refletindo sobre as opiniões de Aldírio e Paulo, constatamos que as mudanças em torno do termo ‘manezinho da ilha’ vão se alternando no início dos anos 1980, mesmo período que os já citados intelectuais, artistas e outras personalidades, passam a se denominar como tal. Aliado a este fator, temos na mesma época a gestão de Esperidião Amim que no decorrer do seu mandato, procurou impulsionar à área turística, utilizando perspectivas da cultura catarinense, dando enfoque, para a idealização de uma identidade multicultural. Os trabalhos deixados por Cascaes foram empregados para que Florianópolis ofertasse um patrimônio cultural, que a diferencia das demais cidades, contribuindo para o marketing turístico e imobiliário. Mas, iremos abordar estas questões no próximo capítulo, por enquanto, vamos nos atentar as opiniões e o que ocorria nas colunas em junho e julho de 1987.

Continuando, Paulo ainda esclarece que “vistos com desdém pela elite da cidade, que sempre valorizou mais as rendeiras, os manezinhos de outros tempos não eram sequer cumprimentados pelas famílias que construíram as primeiras casas de praia, nos anos 1960. Na

---

<sup>77</sup> Paulo Clóvis Schmitz é repórter especial do jornal “Notícias do Dia”. Foi editor do Caderno 2 do jornal “O Estado”, um espaço dedicado ao cinema, teatro, televisão e música, com ênfase à cultura local. Trabalhou também na Agência de Comunicação da UFSC (Agecom) e é um jornalista reconhecido pelo seu profissionalismo e dedicação. <http://noticias.ufsc.br/2017/04/circulo-de-leitura-de-florianopolis-debate-jornalismo-cultura-e-identidade/> acessado em 06/05/2017 as 19:00h

<sup>78</sup> SCHMITZ, Paulo Clovis. Mofas com a pomba na balaia. **O Estado**: Leitura e Lazer, Florianópolis, 12 jul. 1987. p. 10.

<sup>79</sup> SCHMITZ, 1987, p. 10.

época já era difícil, porque não havia acesso - quanto mais um morador do interior da ilha vir para a cidade.<sup>80</sup> Segundo Paulo, conjuntamente com a eclosão do turismo e especulação imobiliária, que foi deslocando o morador local para outras regiões, multiplicou-se na cidade uma consciência de impedimento a extinção da cultura e dos costumes da população descendente dos açorianos<sup>81</sup>.

“Ilhéus urbanos ignoram o sentido pejorativo do termo e reinvidicam para si os atributos e o batismo de **manezinhos**. Apesar da polêmica que já se instala, até um troféu deverá contemplar e um clube reunir os manes de terno e gravata no bar Petit e redondezas”<sup>82</sup>.

Percebemos que Paulo não partilhava da mesma opinião de Aldírio, referente às pessoas que realmente se enquadrariam como sendo manezinhos. Podemos inclusive verificar nos dois destaques da matéria citada acima, que o jornalista ironiza utilizando o termo ilhéus urbanos e *buonvivants* para os que julgavam desfrutar de relativa condição financeira e social na cidade, chegando a considerar alguns deles, marajás. Em outra passagem mencionada acima, Paulo parece querer lembrar estes cidadãos que duas décadas antes, os moradores com vida simples do interior da ilha eram tratados com desdém pela elite da cidade, esta mesma elite que em 1987 segundo o jornalista, estava reivindicando para si, características e a alcunha de manezinhos.

Para engrossar o caldo, vamos contextualizar rapidamente o que é ser manezinho na visão de mais algumas pessoas na cidade, vide matéria do Paulo Clovis Schmitz na época dos acontecimentos. Miguel Livramento, figura cativante da cidade, torcedor inveterado do Avaí, e conhecido pelos comentários ácidos na rádio e na televisão é um dos que se sentem agraciados e ficam alegres quando são chamados de manezinho. Ele se auto define como cidadão de costumes e palavreado do interior da ilha, tagarela, porém não preguiçoso. Informa que não tem como ir onde os outros manezinhos frequentam, por que não pode se dar ao luxo de sair do trabalho as 18h. Arante José Monteiro, proprietário do Bar do Arante, no Pântano do Sul, alegra-se nas vezes que lê seu nome na coluna Domingueiras de Aldírio Simões. Segundo Paulo, a este não é necessário qualquer conceito, ele é o exemplo do Mané de sotaque açoriano, fala rápida, bondoso, dono do bar que tem fama em todo país. Hoje o bar é mais visitado por turistas do que pelos seus primeiros fregueses, os ilhéus que se refugiaram no Pântano do Sul para comer peixe frito na hora.

Analisando o que é descrito por Paulo sobre o Arante e sobre o seu bar, o autor informa que houve uma alteração na composição do público que frequentava o estabelecimento. Em

---

<sup>80</sup> SCHMITZ, 1987, p. 10.

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> Ibid.

1987 já se reconhecia que a localidade do Pântano, tida como refúgio dos antigos moradores para lazer em anos anteriores, já havia sofrido com a mercantilização da cidade.<sup>83</sup> Porém, não se encontra relato do seu proprietário reclamando do ocorrido, e como descrito por Paulo, ficava feliz ao ler comentários sobre a sua pessoa e estabelecimento na coluna do Aldírio, o identificando como manezinho. Compreendemos que para Arante, toda publicidade era bem-vinda, e todo o lucro que essa exposição resultava também. Afinal, dinheiro de morador local ou de turista tinha o mesmo valor.

Eloá Miranda, jornalista, assessora de imprensa no governo do prefeito Edson Andrino, entende que Manezinho é o matuto da ilha e que o sentido pejorativo do termo deu lugar a um sentimento de orgulho, uma espécie de símbolo da resistência do ilhéu mais autêntico, contra a invasão e a exploração imobiliária que o turismo trouxe a tiracolo.<sup>84</sup> Eloá admite que na eleição para prefeitura de Florianópolis em 1985, quando Andrino o caso clássico do Manezinho que venceu na vida, era candidato a prefeito, a estratégia de campanha do PMDB foi contrapor a imagem do concorrente, Francisco de Assis Filho, engenheiro. Andrino, por sua vez, aderiu a figura do Manezinho da Lagoa que sabia o que a comunidade do interior da ilha necessitava. Para Eloá, o resultado foi o melhor possível.<sup>85</sup> Túlio Carpes, funcionário público, afirma que, no geral, todos os envolvidos na discussão em torno de quem é manezinho são matutos, sendo eles do Rio Vermelho, Ribeirão da Ilha ou do Centro. Túlio entende o termo Manezinho como aparentemente proveniente de Manoel que acabou por ser reduzido para Mané.<sup>86</sup>

Observando o relato de Eloá, compreendemos a assimilação da cultura popular para se conquistar os votos. O candidato se coloca como elemento da localidade, passando a impressão que conhece e vive as mazelas e necessidades da população. Desta forma dá a entender que o adversário, por se apresentar como engenheiro, é alguém que não pertence aquele espaço, e desta forma, não compreende as dificuldades dos eleitores que tem uma vida mais simples. No final da citação da assessora de imprensa de Andrino, podemos notar certa ironia ao enfatizar que o resultado da eleição foi o melhor possível, afinal o Manezinho da Lagoa venceu a eleição.

---

<sup>83</sup> Compreendemos mercantilização da cidade e da cultura como o processo de governo que gera um novo dinamismo no espaço, por meio da implantação de projetos de revitalização, que valorizam o patrimônio cultural pelo viés mercadológico, atribuindo novas funções e significados. Operando transformações no espaço urbano que, geralmente, aproximam-se dos interesses privados, e indo na contramão dos ideais sociais. COMITRE, Felipe. Ortigoza, Silvia Aparecida Guarnieri. Mercantilização da cultura e a identidade do capital: as transformações no centro da cidade de Santos (SP). **Revista Caminhos de Geografia**, v. 17, n. 57, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/29494/17909>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

<sup>84</sup> SCHMITZ, 1987, p. 10.

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Ibid.

Conversando sobre o assunto com o senhor Julmar de Barros de 62 anos que trabalha como taxista no aeroporto de Florianópolis, que para nossa agradável surpresa demonstrou grande interesse pela questão do manezinho, nos relatou parte da infância e adolescência, na qual já convivia com os termos, e descreveu que nos anos 1960 existia, em tons de brincadeira, a rixa entre o pessoal da ilha e do continente em Florianópolis, o qual o pessoal da ilha enticava com o pessoal do continente, chamando-os de tripeiros, pois havia uma empresa na localidade que limpava e comercializava as vísceras (tripas) de suíno. Em contrapartida, o pessoal do Estreito chamava os residentes da ilha de manezinhos da ilha e amarelos, em referência ao peixe de nome manezinho que possui aparência amarelada e era considerado, na época, alimento de baixo valor comercial e nutricional<sup>87</sup>.

Percebemos pela quantidade de relatos como a situação na época estava em discussão e isso utilizando apenas alguns jornalistas de apenas um jornal, tendo em vista que o assunto estava em efervescência por toda a cidade com outros colunistas, jornalistas em outras mídias escritas. Todavia, existiam jornalistas, artistas, outras pessoas ligadas a cultura e moradores vindos de outras localidades com ideias diferentes sobre o assunto, e também utilizaram as mídias para demonstrarem seus pensamentos, o que só fez aumentar o clima de tensão entre as partes. Se Aldírio colocou fogo ao dar o pontapé inicial falando sobre o tema, os demais reagiram, não ficando calados.

### 2.3 AS CRÍTICAS AO QUE É LOCAL

Em contrapartida, as colunas e matérias publicadas por Aldírio Simões e Paulo Clovis Schmitz, nos meses de junho e julho de 1987, bem como as da jornalista do jornal O Estado, Raquel Wandelli<sup>88</sup> traziam a opinião de outros profissionais da área acadêmica, cultural e jornalística sobre as disputas locais que ocorriam em Florianópolis. Em uma matéria de duas páginas, criticando diversas áreas da cultura e esferas públicas, descreve a sua visão do que ocorria em Florianópolis, contribuindo ainda mais para a inquietação nos bares, repartições públicas e rodas de conversa pela cidade. Em tom forte, mas sempre fazendo analogia com

---

<sup>87</sup> Informação oral cedida por meio de entrevista concedida no dia 19 ago. 2015.

<sup>88</sup> Raquel Wandelli é jornalista profissional (atua na assessoria de imprensa do INSS/SC) trabalhou durante 10 anos em veículos da imprensa catarinense e leciona no curso de Jornalismo da Unisul, em Palhoça, onde também coordena o jornal-laboratório Fato&Versão. Integra o Núcleo de Pesquisas em Informática e Linguística e Literatura (Nupill), na UFSC. Também produziu o livro “50 Anos de Propaganda em Santa Catarina”. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Leituras e impressões de Raquel Wandelli. **Notícias da UFSC**, 06 maio 2008. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2008/05/leituras-e-impressoes-de-raquel-wandelli/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

textos e autores de renome nacional e internacional, a jornalista descrevia que “Florianópolis exala um cheiro forte destas duas características: a defesa do tradicional, um certo ufanismo e espírito bairrista de quem mora no paraíso e a repetição dos modelos produzidos pela metrópole.”<sup>89</sup> Raquel afirma que há uma discordância nessa correlação, pois se expressam em nome de um bairrismo, de uma dita cultura catarinense que desponta no panorama nacional, ao passo que o que é desenvolvido aqui não é adquirido localmente.

A publicação continua a crítica, e para deixar ainda mais ácido, efetua o comparativo com o Rio Grande do Sul, informando que neste estado o provincianismo triunfou, pois no final dos anos 1980 o movimento nativista havia logrado grande êxito, elevando o consumo dessas concepções locais até mesmo nas escolas. Para comprovar a afirmação, a jornalista utiliza dados estatísticos, informando que um escritor regionalista de pouca expressão no restante do país, conseguiu vender até 16 mil exemplares em 15 dias numa feira de livro local, em face que poucos autores nacionais conseguem a marca de quatro mil. Com base nesses dados, Raquel conclui que o provincianismo florianopolitano é falso.<sup>90</sup>

A intenção da utilização acima é chamar a atenção para a grande rixa que existia entre os florianopolitanos e os gaúchos nos anos 1980, devido a quantidade de migrantes do Rio Grande do Sul para a Ilha nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Em referência aos dados apresentados por Raquel sobre o regionalismo gaúcho, e os valores que movimentavam, os políticos do estado do Rio Grande do Sul já haviam começado o processo de recuperação de sua identidade cultural muito antes que os governantes Catarinenses. Semelhante ao que ocorreu em Florianópolis com Cascaes, apropriaram-se das obras de Paixão Cortes, no qual “para ele o Movimento Tradicionalista virou um espetáculo, um comércio, onde tudo é ou pode virar objeto de consumo”.<sup>91</sup>

Seguindo a matéria, Raquel trouxe a opinião de Piero Falci<sup>92</sup>, ator laureado do Grupo A que expressa “Eu me surpreendo quando vou assistir peças de companhias de fora e vejo

---

<sup>89</sup> WANDELLI, Raquel. Todos os ranços provincianos e os vícios de uma bonita aldeia. **O Estado**: Leitura e Lazer. Florianópolis, 19 jul. 1987, p. 10-11.

<sup>90</sup> WANDELLI, 1987.

<sup>91</sup> MERGULHÃO, Cláudia Bezerra. **Centro de Tradições Gaúchas Desgarrados do Pago: Reinvenção de memórias, identidades e tradições no Rio de Janeiro (1977-2004)**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em história) - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Dissertações/Diss163.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016, p. 52.

<sup>92</sup> Não encontramos nenhuma informação específica sobre o ator em nossas pesquisas. Apenas que faz parte do Grupo de Teatro O Dromedário Loquaz, que foi fundado em 1981 em Florianópolis, pelos atores Isnard Azevedo, Ademir Rosa, Piero Falci, Jane De Bem e Lilian Dell’Antônio. Em sua trajetória, o grupo montou diversas peças teatrais e, desde 2008, vem se dedicando também a espetáculos líricos. GRUPO de Teatro O Dromedário Loquaz. Disponível em: <<http://odromedarioloquaz.wixsite.com/grupo-de-teatro/ogrupos>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

pessoas na plateia que nunca vi no teatro da terra” e “o teatro catarinense está uma década atrasado em relação ao que é feito no resto do Brasil. Temos consciência de que nosso trabalho em **Vivo numa ilha** já foi feito há 10 anos.”<sup>93</sup> Porém, o ator argumenta que para produzi-la foi efetuado um extenso empenho em estudo do comportamento e história açoriana, pois o resultado não pode ser uma simples cópia de outras produções que alçaram sucesso. Independente das questões, o ator compreende que sempre há saudosismo, é uma característica do provincianismo isso de ficar evocando o passado e martelar no antigamente: Florianópolis era tão bom...<sup>94</sup> E chama a atenção destes afirmando, que não tem nada contra relembrar o passado, porém, Florianópolis não vai estagnar ou sequer regressar ao que um dia já foi sendo assim, o mais aceitável é nos conduzirmos às transformações que almejamos para a cidade. Concluindo, argumentando que a arte autêntica tem impreterivelmente o compromisso com o novo, sendo assim sempre representará ameaça.

Trouxemos esta passagem de Piero Falci, pois contrasta com a opinião de Aldírio Simões, colunista que estamos utilizando como fonte principal para este trabalho. Nas diversas colunas que lemos para selecionar as que utilizaríamos na monografia, Aldírio sempre se mostrou um saudosista no que se refere “as coisas da ilha”, termo sempre utilizado por ele. Desde o Miramar aos antigos bares do centro da cidade, passando pelas histórias de antigos moradores, Aldírio sempre fazia questão de levar a seus leitores uma lembrança da antiga cidade. Percebemos por estes relatos as diferenças de opinião das pessoas fortemente ligadas à cultura na cidade de Florianópolis.

O proprietário da editora Noa-noa e literato Cleber Teixeira<sup>95</sup>, utiliza a mesma vertente anunciando de antemão que “As pessoas são muito sensíveis. Todos sabem que a cidade não tem expressão nacional, mas se você falar isso ficam ofendidas, por vaidade. É uma atitude provinciana.”<sup>96</sup> O autor continua relatando que estavam em uma ditadura cultural que se conservava devido as mediocridades do público ignorante somando-se a uma aristocracia de gosto duvidoso que estabelece fulano ou sicrano como esplêndido e os demais concordam. Para

---

<sup>93</sup> WANDELLI, 1987.

<sup>94</sup> Ibid.

<sup>95</sup> Cleber Teixeira dos Santos (1938-2013) era poeta e tipógrafo, carioca, filho de jornalista esportivo, formou-se em letras e trabalhou no Instituto Nacional do Livro e na Editora Bloch. Mudou-se para Florianópolis em 1977 onde criou a editora Noa Noa, na qual publicou livros clássicos nacionais e internacionais, de maneira artesanal possuindo uma impressora tipográfica de 1888 com prensas ainda no modelo de Gutemberg. À frente da editora, criou autênticos e raros livros de colecionador, entre Mallarmé e traduções de Haroldo de Campos, feito à mão, com papeis e tintas de alta qualidade, sempre visando a pequena produção. BERTONI, Estêvão. Cleber Teixeira dos Santos (1938-2013): Um poeta que fazia livros artesanais. **Folha de São Paulo**, 29 abr. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1303525-cleber-teixeira-dos-santos-1938-2013-um-poeta-que-fazia-livros-artesanais.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

<sup>96</sup> WANDELLI, 1987, p. 10-11.

o escritor, em Florianópolis atinge-se a glória utilizando as relações de troca de favores e apadrinhamento. Continuando a crítica sugere uma sondagem: “A arte acadêmica, que fotografa a realidade, reproduz casarios antigos e retrata os políticos e administradores da cidade, é mais fácil de assimilar. O povo sempre vai preferir o Domingos Fossari e o Tirelli ao Rembrandt ou ao Goya.”<sup>97</sup>

Cleber expressa que a literatura desenvolvida em Santa Catarina, a exceção de honoríficos autores, se encontra imensamente distante às novidades do que é elaborado nos núcleos mais dinamizados. O escritor observa que é mais sensato evitar a aclamação oficial, que acaba se tornando um “presente de grego”, uma ameaça de inércia para o artista. Destaca que a relação do provincianismo contra o moderno começa por depreciar os intelectuais que veem de outros locais para a Ilha. Ao passo que estes artistas recém-chegados, quando permanecem indiferentes e afastados do que ocorre, conquistam boas relações, mas se ousarem aceitar um cargo público tornam se abominados. O escritor ainda sugere que algo de estranho ocorre nesta capital, pois intelectuais com currículo de reconhecido envolvimento cultural se esmaecem quando aportam na cidade.

Percebemos por estes depoimentos o quanto estava em disputa o mercado cultural em Florianópolis no período analisado. Todos em busca do seu espaço, os artistas vindos de outras regiões querendo um lugar ao sol e criticando o que era feito localmente, pois segundo eles, os artistas locais desfrutavam de fama, sem possuir talento, em sua maioria. Em contrapartida, os artistas locais estavam se aproveitando do momento, no qual o governo municipal e estadual, na busca de rememoração cultural, estava apoiando seus projetos. Pois, até então relegados a própria sorte não conseguiam auxílio governamental para suas obras.<sup>98</sup>

Na área cinematográfica o colunista de artes do jornal O Estado, Mario Alves Neto<sup>99</sup> destaca na matéria de Raquel que há um círculo fechado em torno de alguns artistas, “neste campo configura-se a formação de um **status** cultural, laureado a alguns eleitos, quase sempre nativos ou que se tornaram mais nativos do que os próprios ilhéus. Depois de atingi-lo, o artista **faz a fama e deita-se na cama.**” “Ninguém ousa questionar a onipotência desses mitos, embora eles sejam arrastados pelos comentários livres nas rodas de bares.”<sup>100</sup> Mario continua firme em

<sup>97</sup> WANDELLI, 1987, p. 10-11.

<sup>98</sup> CASCAES, 1989, p. 29, apud MICHELMANN, 2015, p. 31.

<sup>99</sup> Marcio Alves Neto, carioca, nascido em 1938 era relações públicas do exército, veio para Florianópolis em 1969 onde atuou conjuntamente como crítico de teatro e cinema no Jornal O Estado, vindo posteriormente a ser diretor de teatro. MACÁRIO, Carol. Mario Alves Neto e o teatro em Florianópolis nos anos 1970 e 1980. **Notícias do dia**. 09 jun. 2013 Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/perfil-mario-alves-neto-e-o-teatro-em-florianopolis-nos-anos-1970-e-1980>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>100</sup> WANDELLI, 1987, p. 10-11.

sua opinião, informando que mesmo um comentário mais técnico, visando a crítica construtiva, é encarado com certa desconfiança, ao mesmo tempo em que profetiza “provincianismo só elege mediocridades”. Tomando como exemplo a área cinematográfica, o crítico aborda a única produção em território catarinense e efetuada pelos catarinenses, “O preço da ilusão” que, na época continuava sendo a única produção no formato longa metragem no estado, e que após o grupo Sul na década de 50, a muito custo estavam formando um embrião com previsão para a produção de um longa até o final do ano de 1987, ao passo que nas artes plásticas se destacavam vários artistas em grande parte do Brasil. Ainda segundo Mario, a xenofobia não é interessante para ninguém, e para mudar este quadro no qual encontravam-se as artes catarinenses, é necessário industrializar o mercado cultural. Porém, na visão do crítico as províncias têm um armamento veemente contrário as novas concepções: a aversão a mudanças, sendo assim o que é antigo e novo permanecem num confronto perpétuo, argumentando de um lado os defensores da manutenção das suas tradições (que normalmente são os mais atingidos pelos prenúncios de mudança) e os demais, que se desprendem com maior facilidade e vivenciam os benefícios da modernidade.

Um contexto pouco levantado até então, pois não é o foco do trabalho, é que no período que estamos abordando, fazia muito pouco tempo que os militares haviam saído do governo, então muitas questões ainda se remetiam a época em que eles estavam no poder. Mário, que era militar, veio para Florianópolis em 1969, dirigindo-se ao jornal O Estado oferecendo seus serviços ao periódico, na época o mais influente no estado de Santa Catarina. Podemos entender que ao mesmo tempo em que estava infiltrado no jornal, tendo acesso a muita informação privilegiada, acompanhava de perto as produções culturais na capital catarinense. Uma área que a ditadura sempre se preocupou.<sup>101</sup>

Mantendo-se na mesma linha de raciocínio, o paulista Walter Costa<sup>102</sup>, professor de inglês e literatura americana na UFSC, recorda que “a luta do novo contra o velho, do contemporâneo contra o **kitch** não é típica só das províncias. Em São Paulo, os mesmos grupos

---

<sup>101</sup> MACÁRIO, 2013.

<sup>102</sup> Walter Carlos Costa estudou filologia românica na Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica, tem doutorado sobre as traduções de Borges para o inglês pela University of Birmingham, Reino Unido, e pós-doutorado pela UFMG. É professor do departamento de língua e literatura estrangeiras da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente está em colaboração técnica no departamento de letras estrangeiras da UFCE. IGOA, Rosário Lázaro, COSTA Walter Carlos Edição e tradução nas crônicas brasileiras dos séculos XIX e XX: entrevista com John Gledson. **Cadernos de Tradução**, v. 36, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2016v36n2p311>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

conservadores também dominam a anos”<sup>103</sup>. Eloy Galotti Peixoto<sup>104</sup>, jornalista, denuncia: “Aqui se alcança sucesso através de apadrinhamento, amizades e jogo de favores”<sup>105</sup>. Mantendo o tom da crítica, Eloy utiliza exemplos como o da vinda da Rede Globo e a Eletrosul para explicar a resistência do Ilhéu ao que vinha de fora. Devido a chegada de famílias do Rio de Janeiro e de outras partes do país para auxiliar na instalação da Eletrosul, findou por alterar alguns hábitos da cidade mesmo a contragosto dos que aqui habitavam, em virtude da chegada da massa de pessoas de todos os locais com experiências diversas. Frisava ainda que a TV Globo se via diante de ampla objeção antes de conseguir penetrar no mercado local, algo que conseguiu superar com maior facilidade em outras capitais. Para tais constatações, Eloy utiliza estatísticas informando que em 1977 a emissora alcançava grandes índices de audiência em todo o país menos em duas capitais semelhantes: Fortaleza e Florianópolis.

“Como que prevendo a revolução e a massificação que a Globo traria, muitos custaram a trocar de canal. As alterações de comportamento ficaram 10 anos retardadas em relação ao resto do Brasil”<sup>106</sup> avaliava Eloy. Ainda segundo o jornalista o provincianismo é algo concebido pelas elites visando inventariar e controlar os acontecimentos sociais. “Elas têm duas formas de fazer isso: ou os rotulam de provincianismo ou passam a explorá-los economicamente quando não conseguem absorver-los”<sup>107</sup> Em defesa de sua teoria, Eloy utiliza como exemplos a Festa da Tainha que nos anos 1960 era julgada como provinciana e nos anos 1980 tinham que comprar peixe de fora para dar conta do consumo na festa. “A renda de bilro era provinciana, mas podia tecer todo o guarda-roupa de uma princesa. Hoje é explorada economicamente.”<sup>108</sup>

Compreendemos a importância do relato de Eloy, pois demonstra alguns exemplos do que ocorria em Florianópolis com a mercantilização da cultura. A festa da tainha, num primeiro momento era utilizada como modo de comercializar o excedente de tainhas pescadas pela comunidade da Barra da Lagoa. Considerada uma festa simples nos anos 1960, nos anos 1980 já despontava no calendário municipal, fazendo com que a organização do evento tivesse que comprar peixes em outras comunidades para suprir as vendas. Algo semelhante ocorre com a renda de bilro, que em outros períodos não desfrutava de simpatia das classes abastadas da

---

<sup>103</sup> WANDELLI, 1987, p. 10-11.

<sup>104</sup> Eloy Côrtes Gallotti Peixoto da família Gallotti de Tijucas, nasceu no Rio de Janeiro, em Florianópolis teve cursinho pré-vestibular, de esquerda, militou no movimento estudantil, foi repórter do jornal O Estado, fez parte do Jornal Afinal, foi dono de bar, o Seca Afinal e assessor parlamentar. Faleceu em 1999. O SEDUTOR da palavra. Canga Blog, 13 mar. 2009. Disponível em: <<http://cangablog.blogspot.com.br/2009/03/saudades-do-eloy.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>105</sup> WANDELLI, loc. cit.

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> WANDELLI, 1987, p. 10-11.

<sup>108</sup> Ibid.

cidade, e na atualidade possui grande valorização comercial e cultural, fazendo parte do legado açoriano.

Visando dar mais credibilidade as críticas, a reportagem utiliza dados sociológicos e antropológicos para tentar explicar o porquê do comportamento de parte dos habitantes Ilhéus. Apresenta uma breve historiografia que explica o déficit cultural, industrial e a posição de atraso no qual a cidade estava inserida no comparativo ao estágio de modernização que se encontrava o restante do país. Para tal, fundamentavam-se no professor de antropologia da UFSC, Alroino Baltazar Eble<sup>109</sup>, que explica as pesquisas do conhecido historiador Oswaldo Rodrigues Cabral. O autor defendia que as elites sociais de Florianópolis vinda dos Açores, que pertenciam ao reino de Portugal, trouxeram consigo a mentalidade aristocrática, pois ela não vivenciou as remodelações que a Europa passou no século XVIII. Consequentemente é uma sociedade pré-revolução francesa, pré-industrial e pré-mentalidade de consumo, em contrapartida da elite econômica (alemães e italianos) que vivenciaram a pós-industrialização. Resumindo, a elite social não é burguesa nem urbana, e nem participa da sociedade de consumo.

Continuando a explanação, Eble utiliza como fonte o clássico ‘Os açorianos’ publicado no I Congresso Catarinense de História em 1948, para destacar que na primeira metade do século XX havia uma linhagem equivalente a antiga corte portuguesa que vivia como no século XIX em Florianópolis. “Ele assegura que um mundo medieval sobrevive na cidade, refletindo-se na moral aristocrática, no sistema de hierarquias, no “doce fogo das cortesãs sendo cortejadas”. Eble prefere ficar na formulação teórica, fugindo aos detalhes, mas diz que os grupos oligárquicos e as dinastias familiares são resquícios deste tempo”.<sup>110</sup> O professor ainda enfatiza que não era somente no centro da cidade que este conjunto de crenças e de sentimentos comuns estava inserido, mas também no interior da Ilha, no qual os populares ainda mantinham uma estrutura social já ultrapassada há diversos anos na Europa. Esses habitantes ainda permaneciam vinculados a pesca e agricultura nos moldes artesanais de seus antepassados. Eble finaliza salientando que ainda há um grande atraso industrial e científico na cidade, destacando que a Universidade havia chegado há apenas 25 anos e que o provincianismo ainda iria permanecer por muitos anos.

---

<sup>109</sup>Alroino Baltazar Eble (1945-1990) iniciou na UFSC, em março de 71, como professor, optando por fazer carreira na Arqueologia. Elegendo como sua área preferencial de pesquisa, o Vale do Itajaí. Sua trajetória acadêmica incluiu a direção, por um ano, do Museu de Antropologia da UFSC. Lecionou disciplinas de Antropologia para diferentes cursos. Sua imagem como professor foi sempre contraditória, acredita-se que pelo caráter polemico de suas aulas. Batalhou, enquanto suas condições físicas o permitiram, para permanecer vinculado à UFSC. HERTER, Marcos Lourenço. **In memoriani**: Daniel Matteo Castro (1956 - 1990). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23535/21192>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

<sup>110</sup>HERTER, 2016.

Podemos observar que a crítica do professor Eble é diferenciada. Não analisa as pessoas em si, mas sim os motivos que as levaram a possuir este comportamento. Passa-nos elementos que fundamentam suas ponderações, e nos fazem compreender o modo de agir dos grupos políticos oligarcas, que se formaram a partir de dinastias familiares que administraram Florianópolis e Santa Catarina, do final do século XIX em diante.

Completando as duas páginas da matéria no jornal O Estado, nas quais várias pessoas de destaque nas suas áreas de atuação, desferem forte opinião sobre a recepção dos florianopolitanos aos profissionais de outros centros, Paulo Clovis Schmitz, tenta ser mais ameno, trazendo opiniões mais brandas sobre o tema. O jornalista inicia a matéria descrevendo o porquê de existir esse acirramento de ânimos na capital catarinense, o qual para seu entendimento, devido ao fato da cidade ser fascinante acabou por custar caro à localidade. Segundo Paulo “A exploração imobiliária, a devastação dos morros, a poluição das baías, a descaracterização de alguns costumes seculares – tudo isso é o preço de uma vocação turística mal administrada”.<sup>111</sup> Essa desfiguração do que foi tido em certo momento como um pedaço do paraíso, iria resultar numa reação do nativo, visto normalmente como pacato, atribuindo a responsabilidade do que estava ocorrendo em sua cidade aos vindos de fora. O jornalista percebe que a cidade evoluiu em algumas áreas, mesmo ainda se mantendo o ócio do cidadão local que “deixa que passem por ele” ficando alheio as funções públicas devido à falta de iniciativa. Tendo em vista este conjunto de fatores, algumas pessoas lideraram a defesa da cidade, efetuando denúncias, visando à investida na resistência. Paulo continua o relato informando que há várias questões para essas divergências, de ordens econômicas, sociológicas e culturais e que, quem sabe um dia, a academia produza um trabalho de relevância sobre o assunto. No momento o tema mantinha-se na classe das manifestações jornalísticas como a do colunista do Jornal de Santa Catarina Beto Stodieck<sup>112</sup>, que lançava críticas em direção aos gaúchos e vindos de outros estados.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> SCHMITZ, Paulo Clovis. ‘Enxurrada de gaúchos incomoda muita gente. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 19 jul. 1987, p. 11.

<sup>112</sup> Beto Stodieck (1946-1990) nasceu em Florianópolis e viveu o mundo, se formou em Direito e ensaiou os primeiros passos como jornalista no Rio de Janeiro. Foi em “O Estado” e “Jornal de Santa Catarina” que Beto exercitou um colunismo inquieto, inteligente, provocador. A coluna que fazia era um de crítica que não poupava nem os amigos quando uma boa nota se mostrava mais importante que as relações sociais.

<http://www2.carosouvintes.org.br/beto-stodieck-irreverencia-cosmopolita/> acessado em 06/05/2017 as 11:00h

<sup>113</sup> SCHMITZ, Paulo Clovis. ‘Enxurrada de gaúchos incomoda muita gente. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 19 jul. 1987, p. 11.

“Eles amarram seus cavalos na ponte, acham que estão numa terra de ninguém e começam a mandar, com a prepotência que todos conhecem’ diz alertando que apesar disso tem excelentes amigos no Rio Grande do Sul.”<sup>114</sup>

Paulo mantém o texto discorrendo a opinião de Beto que intitula como “enxurrada de gaúchos” o que ocorreu com chegada da Eletrosul e demais órgãos públicos nos anos 1960 e 1970, o que, para o colunista, caracterizou-se a vinda deste contingente a mesma equivalência da chegada dos primeiros bandeirantes em Florianópolis, que perceberam a necessidade de colonizar os carijós no século XVII. Beto compreende que a nesta atitude um inconsciente devido a grandiosa politização que a história instituiu ao povo gaúcho. Embora ele atribua pecados imperdoáveis aos ilheis para o fato da cidade estar sendo tomada, reconhecendo que a cidade deixa a desejar nas questões envolvendo o turismo, pecando desde os altos preços cobrados, até a falta de preparo e higiene dos garçons. Sua vontade era vender a ilha ao Hemisfério Norte de onde viriam dólares ou austrais e não cruzados, reconhecendo a acomodação do povo nativo, algo que considera comum ao manezinho puro. Porém, mantém a crítica a insolência dos gaúchos, se defendendo de quem o vê como xenófobo pelo seu modo de pensar, findando por dizer que “provinciano” é quem fica calado, que deixa as coisas acontecerem.

Analisando as declarações de Beto, percebemos a rivalidade que o colunista possuía com relação aos gaúchos. Mesmo o tema abordado na matéria não sendo diretamente ligado ao manezinho, a questão estava tão em evidência, que acabava por se relacionar ao assunto. Beto, em entrelinhas, acabou por manifestar sua opinião sobre o que seria um manezinho puro, aquela pessoa acomodada que percebia as mudanças que estavam ocorrendo na cidade, porém, não tomava nenhuma atitude para modificar.

Continuando o texto, Paulo discorre sobre José Adler da Silva, o Zé Grande, ex apresentador de programas sertanejos e nativistas em várias emissoras de Florianópolis, que trouxe os concorridos **bailões** para a periferia da capital, outra personalidade que conheceu a cidade e ficou. Zé Grande fala de peito aberto que em nenhum momento esteve envolvido em nenhum tipo de desavença nos 10 anos que mora na ilha. Pilchado<sup>115</sup>, comparecendo nas promoções regionalistas de tradição gaúcha, entende que as rixas existentes são fruto da imaginação dos que as procuram, e salienta que o que importa é que “somos todos brasileiros”.

---

<sup>114</sup> SCHMITZ, 1987, p. 11.

<sup>115</sup> Pilcha é a indumentária tradicional da cultura gaúcha, utilizada por homens e mulheres de todas as idades. Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina e Paraná, é considerada por lei, traje de honra e de uso preferencial inclusive em atos oficiais públicos, desde que se observe as recomendações ditadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, o MTG.

Na sequência o jornalista traz a opinião da escritora Ieda Inda que nasceu em Santa Maria (RS) e que durante 11 anos foi funcionária do DAE num período em que Florianópolis não possuía curso de Arquitetura e os profissionais da área vinham de fora. Ela “entende que a **briga** já foi muito maior e não envolve apenas os gaúchos, mas também gente do interior e do Paraná e São Paulo”.<sup>116</sup> Respondendo na ocasião pela chefia da unidade das Letras da Fundação Catarinense de Cultura, “ela defende uma união entre os estados do Sul, inclusive na área da literatura, e prega “maior compreensão de ambos os lados” para que se abrandem as distâncias de hoje”.<sup>117</sup>

Alterando a característica da matéria que até o momento apresentava pessoas com ideias mais brandas a respeito do entrave entre os manezinhos e “os de fora” Paulo traz dois depoimentos mais contundentes, iniciando com o escritor José Campos Neto que presidia na época a Associação Catarinense dos Escritores, que descrevia a situação como inércia local. Indagando que nunca havia sido tratado de forma diferenciada por ser cearense, apesar de saber de casos de pessoas serem discriminadas por serem “forasteiros”.

Mas já lhe disseram que era **estrangeiro** e que estava se intrometendo na literatura do estado. A resposta vem rasante. Na criação de bens culturais, a produção local é acomodada, e se há gente pouco disposta a estimular a cultura essa gente tem muita identidade com o pessoal daqui. De minha parte me inspiro nas coisas da cidade, e de mais a mais, sou brasileiro. Posso dizer que fiz mais pelo estado em minha área do que os políticos em sua especialidade.<sup>118</sup>

Mantendo o tom áspero Paulo traz a opinião de Aldírio Simões, que argumenta a favor da defesa das coisas da Ilha, responsabilizando os governantes pela falta de organização que sempre foi a marca da exploração do turismo da capital.

O ilhéu perdeu, assim, seu pedaço de praia, seus botequins, a condição de viver a sua cidade. Foi sendo assolado, expulso de seu **habitat**, obrigado a dividir seu peixe com o forasteiro que também passou a puxar a rede do pescador na praia dos Ingleses e sofre mais que ninguém com a explosão dos preços no verão e dos terrenos em todas as estações do ano.<sup>119</sup>

Aldírio, que em outras épocas, havia enviado em direção do aeroporto muitos turistas argentinos que lhe perguntavam como chegar a Ponta das Canas, já se diz mais sociável, mas ainda não compreendia o alastramento das barracas e trailers nas praias. E finaliza proferindo que: “Adotar a cidade é um direito de todos, mas as pessoas devem se adaptar a vida local, com suas marcas de colonização açoriana, que devem ser curtidas como elas são”.<sup>120</sup>

<sup>116</sup> SCHMITZ, Paulo Clovis. ‘Enxurrada de gaúchos incomoda muita gente. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 19 jul. 1987, p. 11.

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> SCHMITZ, 1987, p. 11.

Como mencionado em outro momento, Aldírio sempre que tinha oportunidade, rememorava a cidade antiga, destacando os locais que foram se extinguindo na mesma proporção que a cidade foi crescendo. Porém, nesta matéria, Aldírio faz uma análise interessante sobre o aumento do custo de vida dos moradores, dos bairros mais afastados da cidade. À medida que a população da cidade se multiplicava, os preços se elevavam, desde o peixe que chegava fresco na praia, até os terrenos, casas e impostos que começavam a supervalorizar, tornando inviável para o morador local se manter nestas comunidades. Com o passar dos anos, os antigos moradores, não conseguindo permanecer nestas localidades, vendem suas terras as grandes construtoras, que erguem empreendimentos luxuosos, aumentando ainda mais o processo de especulação imobiliária.

Uma opinião mais branda retorna quando Paulo fecha o texto com Sérgio da Costa Ramos<sup>121</sup>, que cauteloso, prefere manter certa distância do assunto, por julgar normal esta rivalidade disseminada entre os naturais da cidade e os que vieram de fora “Florianópolis é o último Éden, o paraíso, o Shangri-la, e isso funciona como um chamariz. Contudo, o ilhéu quatrocentão tem razão em não gostar dessa ocupação, assim como o parisiense se irrita com as turistas empaladas que lhe perguntam onde fica a Torre Eiffel”.<sup>122</sup> Sergio pensa que em relação as críticas a vida noturna e produção cultural, tidas como primitiva pelas pessoas que vem de cidades maiores para morar em Florianópolis, não há como interpelar o grau de exigência do cidadão que escolhe nossa cidade para morar. “Se valer o critério de competência, o pessoal daqui não tem porque reclamar”.<sup>123</sup> Em relação às diferenças culturais, xenofobia e hostilidade de ambas as partes é compreendido por ele como “um sentimento imanente ao espírito humano”.<sup>124</sup>

Pelos relatos abordados aqui, verificamos que se não todos, mas grande parte dos jornalistas e colunistas do jornal O Estado, estavam envolvidos em algum momento nos idos de 1987 na definição do termo manezinho, ou na polêmica em torno das disputas em várias esferas, que ocorriam na cidade entre os moradores locais e os vindos de outros estados. Percebemos várias questões envolvidas, disputas políticas em torno de cargos públicos, disputas

---

<sup>121</sup>Ficcionista, sensível ao lado crítico da vida, e sabe explorá-lo com arte e sentimento da realidade. Sérgio da Costa Ramos é escritor e jornalista, nascido em Florianópolis no mês de agosto de 1947, filho do também jornalista Rubens de Arruda Ramos e Gessen da Costa Ramos. Sérgio tem quatro irmãos homens, sendo que deles, Paulo da Costa Ramos também é escritor. <http://www.vestibular1.com.br/resumos/resumos-de-livros/sorrisos-meio-sacanas-sergio-da-costa-ramos/> acessado no dia 05/04/2017 as 17:40h

<sup>122</sup> SCHMITZ, Paulo Clovis. ‘Enxurrada de gaúchos incomoda muita gente. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 19 jul. 1987, p. 11.

<sup>123</sup> Ibid.

<sup>124</sup> Ibid.

acadêmicas e culturais. Todas utilizando como pano de fundo os costumes e hábitos da população local. O que devemos nos perguntar é a quem interessava estes conflitos. A imprensa que vendia mais jornais, aos governantes, aos investidores? Vainer, ao analisar a cidade de São Paulo em sua obra *A cidade do pensamento único* entende que consiste de uma estratégia de manipulação adotada pelos governos locais, visando gerar um sentimento de crise que a princípio não existe, acabando por criar o patriotismo de cidade (cuidar do que é nosso), ou seja, um sentimento de patriotismo, de pertencimento que é mais eficaz quando coletivo, criando, portanto, uma lógica de cidade que visa produzir e competir.<sup>125</sup> Abordadas às fontes que evidenciam como a cidade estava envolvida na definição de quem seria manezinho, abordaremos no terceiro capítulo como os gestores públicos e associações de classe, em defesa da expansão de suas atividades econômicas, se apropriam e manipulam a cultura popular local.

---

<sup>125</sup> ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 94.

### CAPÍTULO 3 – A EDIFICAÇÃO DO TERMO MANEZINHO E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E TURÍSTICA

Neste último capítulo, abordaremos o resgate da açorianidade e a sua articulação com o crescimento da exploração turística e imobiliária em Florianópolis. Para isto, utilizando o jornal *O Estado* também como principal fonte de pesquisa, versaremos acerca da discussão suscitada nas páginas desse jornal relacionadas aos possíveis malefícios e benefícios do crescimento do turismo e da especulação imobiliária na cidade. Questões como a poluição, as ocupações irregulares dos morros e das áreas de preservação, passam a fazer parte do cotidiano local à medida que a cidade cresce. Neste momento, percebemos um cenário de disputa em virtude das diferentes correntes de pensamentos, que se refletem na imprensa local.

Conforme já discutido no capítulo anterior, a partir da década de 1980 percebemos o fortalecimento das discussões visando a ressignificação do termo ‘manezinho da ilha’ e, principalmente, das questões relacionadas às transformações urbanas da cidade e a falta de planejamento dos órgãos competentes. Este panorama fica evidenciado na matéria intitulada *Futuro Negro* escrita por Raquel Wandelli em 1987, em que, ao trazer para o debate pessoas de diferentes áreas, como políticos e acadêmicos, demonstraram o cenário de disputa discursiva centrada na falta de um planejamento urbano a longo prazo. A colunista constrói sua crítica, com uma boa dose de acidez, centrada na falta de consenso acerca das estimativas do aumento populacional até os anos 2000 e de um planejamento urbano que suporte as transformações urbanas projetadas para os próximos anos. Segundo Wandelli, naquele momento, “arrancar dos órgãos públicos um planejamento para o século XXI é tão difícil quanto saber sobre o próprio presente da cidade”.<sup>126</sup> Nesse sentido, percebemos que o campo de debate colocado à época acerca do futuro da capital do Estado, relacionava-se ao crescimento da população e do turismo e a falta de planejamento urbano a longo prazo.

No decorrer do capítulo iremos aprofundar estes e outros elementos presentes na matéria de Wandelli<sup>127</sup>, relacionados ao crescimento da exploração turística e imobiliária e, posteriormente, as possíveis implicações deste processo que resultaram no resgate da açorianidade ilhéu. A fim de pensar os elementos culturais utilizados como estratégia para atrair turistas, como a formulação da imagem da “Ilha da Magia”, por exemplo, situaremos os debates construídos em função da transformação urbana e cultural.

---

<sup>126</sup> WANDELLI, Raquel. *Futuro Negro*. *O Estado*, Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987, p. 10.

<sup>127</sup> *Ibid.*

### 3.1 O *FUTURO NEGRO*: O DEBATE ACERCA DO CRESCIMENTO URBANO E DO TURISMO EM FLORIANÓPOLIS

A jornalista Raquel Wandelli redigiu uma matéria para o caderno *Leitura e Lazer*, do jornal O Estado de Santa Catarina, em julho de 1987, criticando os gestores de Florianópolis pela falta de planejamento urbano da cidade a longo prazo. Contando com uma boa dose de acidez, a matéria jornalística intitulada *O Futuro Negro*, nos oferece importantes elementos para pensarmos acerca das transformações urbanas ocorridas na década de 1980, e principalmente, como o futuro passara a ser pensado e problematizado.

Com o despontar “num horizonte bem próximo” dos anos 2000, no qual faltavam apenas 13 anos, a autora pontuou o problema da modernidade em que o preço a ser pago pelo conforto tecnológico era a piora de todos os males da vida moderna. Wandelli, nos passa alguns dados do GAPLAN, IPUF e CASAN, acerca da população estimada de Florianópolis para os anos 2000. De acordo com os dados divulgados no sítio eletrônico do IBGE, foram recenseadas 196.055 mil pessoas na década de 1980 em Florianópolis e, nos anos 2000, esse número subiu para 341.781 residentes<sup>128</sup>, ou seja, não contabilizando aquelas que pessoas que apenas trabalham na cidade.

Ao trazermos estes números para o debate, permite-nos compreender o tom de urgência e de denúncia proposto por Wandelli, em meio ao eminente aumento populacional e a insuficiente infraestrutura. Projetando os problemas enfrentados no cotidiano daquela época para as próximas décadas, a autora enfatiza que “tudo indica que eles estarão quebrando a cabeça para resolver os mesmos problemas que hoje afligem a capital, com o agravante que a disputa pelo espaço será bem mais acirrada”.<sup>129</sup>

Refletindo acerca dos investimentos no potencial turístico da cidade, a jornalista fez uso dos dados disponíveis no qual informava que as soluções de infraestrutura e saneamento básico da cidade se desenvolviam a passos lentos, sendo que na medida em que a população aumentava, a situação ia se complicando e dificultando as opções. O sistema de esgoto que Florianópolis possuía datava de 1915, incluindo os prédios da Beira-Mar Norte. O sistema que iria abranger uma parte maior da cidade estava na promessa há 10 anos, na época. Desde a década de 1950 a população convivia com os urubus nos arredores do aterro do Itacorubi. O

<sup>128</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Tabela 1.6: População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais, 1872/2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> Acesso em: 04 jan. 2017.

<sup>129</sup> WANDELLI, Raquel. *Futuro Negro*. **O Estado: Leitura e Lazer**. Florianópolis, 05 jul. 1987, p. 10-11.

mesmo descaso ocorria com a poluição dos mangues e das baías, a assolação das dunas, os engarrafamentos no trânsito e o transporte coletivo insatisfatório, que já na época, não saíam da lista de prioridades da cidade.

Podemos observar que a crítica feita pela jornalista Wandelli há 30 anos, em sua matéria, continua atual. As constatações de ineficiências dos serviços referentes à infraestrutura, saneamento básico e demais problemáticas, permanecem presentes do dia a dia da população de Florianópolis. Exatamente como descrito na matéria, devido ao aumento populacional, valorização da região e falta de vontade política, ficou ainda mais difícil na atualidade tentar contornar ou resolver os problemas.

Mantendo a crítica e utilizando dados que os setores públicos forneciam, Wandelli ironizava que o futuro da cidade era tão incerto quanto as informações que os diferentes órgãos públicos previam para o crescimento populacional. O GAPLAN<sup>130</sup> (Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral) estimava em 296 mil pessoas, o IPUF em 282 mil e a CASAN esperava 454 mil habitantes para o ano 2000 em Florianópolis. A avaliação da jornalista era que esperar dos órgãos competentes um planejamento para o século XXI seria tão penoso quanto saber sobre o próprio presente. O próprio Secretário de Saúde municipal na época, Sérgio Roberto Vieira, reconhecia: “Quando muito, mal se planeja cada setor para os quatro anos de gestão”, no qual Wandelli complementou: “A única certeza é que no ano 2000 seremos vítimas do crescimento desordenado da cidade e da visão imediatista das administrações municipais”.<sup>131</sup>

Defendendo um panorama diferente e confrontando o ceticismo, o então Secretário de Turismo Cultura e Esporte do município, André Schmitt, garante que “O futuro a nós pertence, podemos controlá-lo”.<sup>132</sup> Confrontando a argumentação do secretário de turismo, Wandelli pontua:

Arrancar dos órgãos públicos um planejamento futurista é tão difícil quanto saber o próprio presente da cidade. Isso porque no Brasil os governos planejam para sua administração, quando muito, apenas para o tempo em que ficarão no mandato. O certo é que para Florianópolis perspectivas sombrias surgem no horizonte, onde já se pode avistar o ano 2000.<sup>133</sup>

Visando enfatizar sua argumentação, Wandelli apresenta perspectivas sobre a geografia da cidade e a ocupação populacional, demonstrando que Florianópolis possui um relevo atípico,

---

<sup>130</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. 2009, p. 17. Disponível em:

<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16\\_08\\_2010\\_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf)> Acesso em: 04 jan. 2017.

<sup>131</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 10-11.

<sup>132</sup> Ibid. p. 11.

<sup>133</sup> Ibid. p. 10-11.

sendo comprimida entre os morros e o mar. Alerta que o processo de ocupação da cidade é uma problemática difícil de conduzir, fazendo com que a população busque opções para moradia, findando por construir casas em locais inadequados e de preservação ecológica. Nos contornos do centro, famílias de baixo poder aquisitivo constroem casas nas encostas dos morros. Em contraste a esta situação financeira, o refinado loteamento no bairro Santa Monica, na época da matéria, já havia avançado duas quadras por cima do mangue do Itacorubi<sup>134</sup>.

O que já foi visto como alternativa, o avanço para o continente dificulta e piora a situação da ligação com a Ilha, pois segundo pesquisa dos anos 1970,<sup>135</sup> o centro detém 80% dos empregos da cidade. Sendo estimando um crescimento populacional para toda a Grande Florianópolis<sup>136</sup> em algo em torno de 600 mil habitantes<sup>137</sup> na virada do século, esta contingente ira repercutir continuamente sobre a cidade onde está aglutinada toda a máquina administrativa municipal e grande parte da estadual e as atividades e prestações de serviços. O município de São José por sua vez, até então considerada cidade dormitório, tinha estimativa para 200 mil habitantes no ano 2000, que viria a causar ampla influência sobre Florianópolis.

Conjuntamente a estas situações, Wandelli aborda outra importante questão levantada naquele momento pela diretora do IPUF, Silvia Lenzi<sup>138</sup>, onde aponta que a construção da BR-282, ligando o oeste catarinense à capital, resultará num fluxo migratório que, aliada à “falta de condições de sobrevivência e emprego provocará a formação de bolsões de pobreza, tal qual nos grandes centros”<sup>139</sup>. Segundo Juliano Goularti, utilizando os dados populacionais disponibilizados pelo IBGE para pensar o crescimento urbano em Santa Catarina, aponta que “o ponto a ser levantado é que na década de 1970 os dez maiores municípios representavam 29,12% da população catarinense e em 2010 passaram a concentrar 39,70%, um crescimento de 36,53%”<sup>140</sup>.

<sup>134</sup> WANDELLI, Raquel. Futuro Negro. **O Estado**: Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987, p. 10-11.

<sup>135</sup> Na matéria não é abordado como e por qual empresa foi feita a pesquisa.

<sup>136</sup> A Grande Florianópolis é composta pelos seguintes municípios: Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Biguaçu, Governador Celso Ramos e Antônio Carlos.

<sup>137</sup> Segundo o IBGE, os municípios que compõem a Grande Florianópolis, nos anos 2000, juntos contabilizaram 714.000 habitantes. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Santa Catarina**: Florianópolis. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=4205407>> Acesso em: 06 jan. 2017.

<sup>138</sup> Silvia Lenzi, Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1976, mora há mais de 30 anos em Florianópolis e dedicou a maior parte da sua trajetória ao planejamento urbano. A arquiteta foi presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (1985/1987), função que lhe permitiu coordenar projetos importantes para a capital catarinense. CAPRARIO, Sara. Silvia Lenzi: Foco no Urbanismo e paixão pela profissão. **CAU/BR**: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 8 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/silvia-lenzi-foco-no-urbanismo/>> Acesso em: 25 jun. 2016.

<sup>139</sup> WANDELLI, op. cit.

<sup>140</sup> GOULARTI, Juliano Giassi. Migrações, desruralização, urbanização e violência em Santa Catarina. Florianópolis. **Revista NECAT**, Ano 4, n. 7, jan.jun.de 2015. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2012/08/FINAL.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2017.

Em Santa Catarina, de acordo com Goularti, podemos observar que os municípios que mais cresceram foram os próximos a faixa litorânea e, conseqüentemente, a capital catarinense, enquanto que, os que mais obtiveram perdas populacionais se situam na mesorregião do Oeste do estado. Diante dessas informações, podemos compreender a análise pessimista da diretora do IPUF, no final da década de 1980, em relação a intensificação das migrações em direção ao litoral catarinense. Muitas famílias acabam deixando a vida simples do campo, vindo à procura de instrução e melhores condições de vida, nem sempre ocorrendo como o planejado, e findam, em muitos casos, por ter uma qualidade de vida inferior à que tinham na cidade de origem<sup>141</sup>.

Particularmente, tivemos acesso a alguns casos deste, pela escola em que fiz meu estágio curricular, no qual conheci a metodologia do EJA, como mencionado na introdução. Por termos acesso aos cadernos dos alunos, no qual muitos faziam em forma de redação um breve histórico de vida, pude ter conhecimento dos alunos que vieram junto com seus pais de cidades do interior em direção a capital, a procura de melhores condições, e que por algum motivo, a expectativa acabou não condizendo com a realidade. À medida que cresciam, esses adolescentes desistiam de estudar, por terem que trabalhar para auxiliar no rendimento familiar.

Dando continuidade ao debate, a interlocutora Raquel Wandelli, após abordar a questão dos impactos ambientais, por meio da fala de ecólogos acerca do *caos* que o crescimento urbano vem causando ao meio ambiente, apresenta a proposta de um “crescimento sustentável”, defendida pelo Secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis, à época. Para o secretário André Schmitt<sup>142</sup> “não imagino o centro em outro lugar, o contorno da ilha que não seja pelas bordas e a não formação de um centro suburbano na Lagoa”<sup>143</sup> e, defendendo a ocupação do Campeche, complementa: “a cidade não deve ir nem para os mangues nem para os morros. Sobram as várzeas e o Campeche que se apresentam como uma das melhores áreas de expansão”<sup>144</sup>.

A temática da ocupação do Campeche é por si só uma ampla problemática de pesquisa. Diversos pesquisadores se debruçaram a pensar o tema ao longo dos anos, sob a perspectiva ambiental, geográfica, arquitetônica, urbanística, histórica, entre outros campos do saber,

---

<sup>141</sup> GOULARTI, 2015.

<sup>142</sup> André Schmitt se mudou do Ceará com a família para Porto Alegre quando tinha quatro anos de idade. Depois de formado, em 1973, mudou-se para Santa Catarina para trabalhar numa rede de hotéis, ajudando na implantação e desenvolvimento de novas sedes do empreendimento. Em Santa Catarina, o foco de Schmitt é arquitetura e urbanismo. Especialmente aqueles voltados ao turismo e à hotelaria, estando envolvido no projeto do costão do Santinho. CASA SUL. **Conheça o trabalho inovador de André Schmitt**. Disponível em: <<http://casasul.com.br/materias/ler/post/conheca-o-trabalho-inovador-de-andre-schmitt>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

<sup>143</sup> WANDELLI, Raquel. Futuro Negro. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987, p. 11.

<sup>144</sup> Ibid.

produzindo dissertações, trabalhos de conclusão de curso e artigos utilizando esta região como objeto de estudos<sup>145</sup>. O historiador Maykon Luiz Conceição em seu trabalho de conclusão de curso intitulado *Desenvolvimento urbano do bairro do Campeche: um olhar sobre a mudança repentina dos padrões de ocupação do solo*, de 2013<sup>146</sup>, teve como objetivo abordar o debate ocorrido nos anos 2000 relacionado à elaboração de um Plano Diretor pela prefeitura municipal de Florianópolis para a ocupação do Campeche e a resistência empregada pela própria comunidade e a elaboração de um Plano Diretor Alternativo para a região.

Podemos relacionar a fala presente na reportagem analisada do secretário André Schmitt ao processo de urbanização que o bairro Campeche vinha sofrendo ao longo da década de 1980. Com as instalações de novas repartições estaduais muitos funcionários públicos passaram a habitar este local. De acordo com o historiador Maykon Conceição, “este crescimento urbano aconteceu de diferentes maneiras, em diferentes regiões do bairro e em diferentes momentos nestas últimas três décadas”.<sup>147</sup> Apesar de o secretário sair em defesa da ocupação da região, naquele momento, não havia um Plano Diretor detalhado que propiciasse um crescimento ordenado que garantisse a devida ocupação do solo.

Ao abordar o descaso da prefeitura de Florianópolis com a ocupação desordenada do Campeche na década de 1980, o historiador Maykon Conceição aponta que:

O Campeche é um grande exemplo de como os interesses imobiliários e suas pressões e influências sobre a política local influem no ordenamento e ocupação do solo, mesmo que para isto leis tenham que ser desobedecidas em nome do crescimento urbano. O acesso à terra nesta região é regido pelo Plano Diretor dos Balneários de 1985, que regulariza sua maior parte como área de uso rural, proibindo qualquer tipo de urbanização destas áreas. No entanto, o lobby imobiliário de especulação e valorização de terras de Florianópolis, força de certa forma o poder público a fechar os olhos num primeiro momento para o parcelamento irregular e a urbanização desta região em nome da valorização de terras regularizadas em outras partes da Ilha. Isso acabou aliviando a pressão exercida pela chegada de novos moradores na década de 80, garantindo um local para a expansão da cidade com terras a valores aceitáveis,

<sup>145</sup> Dentre as referidas obras, destacamos: SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e distribuição sócio espacial na área conturbada de Florianópolis. FAU-USP, Tese de Doutorado, 2 vol., 2002. AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. **O lugar do público no Campeche**. 1996. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia; CASTRO, Leticia La Porta de. **Ocupação Urbana em área costeira**: a interface urbano-ambiental na orla marítima do Campeche, Ilha de Santa Catarina. Tese de Mestrado (História e Arquitetura da Cidade) UFSC, Florianópolis, 2008. 196 p.; MOREIRA, Adilson de Souza. **O processo participativo no plano diretor**: Estudo de Caso: Campeche/ Florianópolis, SC - Brasil. Tese Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009; CONCEIÇÃO, Maykon Luiz. **Desenvolvimento urbano do bairro do Campeche**: um olhar sobre a mudança repentina dos padrões de ocupação do solo. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). UFSC, Florianópolis, 2013; VIEIRA, Lucas Madalosso. **O novo Plano Diretor de Florianópolis e suas consequências para o urbanismo sustentável**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). UFSC, Florianópolis, 2009.

<sup>146</sup> CONCEIÇÃO, Maykon Luiz. **Desenvolvimento urbano do bairro do Campeche**: um olhar sobre a mudança repentina dos padrões de ocupação do solo. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). UFSC, Florianópolis, 2013, 71p.

<sup>147</sup> CONCEIÇÃO, 2009, p. 33.

enquanto o capital imobiliário continuava a agregar valor em suas terras destinadas à especulação<sup>148</sup>.

Apenas em 1989 foi elaborado um Plano Diretor, o *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, Campeche e região*<sup>149</sup> ou, como ficou conhecido pelos moradores, PDC - Plano Diretor Campeche - que, segundo a historiadora Carolina Amarante,

O Plano [Diretor Campeche] era consequência da estratégia de promover o crescimento da cidade de Florianópolis, e sua inscrição no mercado turístico em nível nacional e internacional. Com isso, incentivava a vocação turística e o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia para o bairro do Campeche.<sup>150</sup>

Com relação a este novo Plano Diretor é importante destacar o papel central desenvolvido pelos moradores do Campeche e a resistência empregada. Sobre isto, o historiador Maykon Conceição aponta que “desde a primeira apresentação do IPUF em 1989, das ideias originais do Plano para a comunidade, a população ficou indignada<sup>151</sup>” e complementa:

A concepção apresentada era incompatível com os interesses locais de uma forma geral, e não propunha soluções para os problemas que eram apontados pela população. Negavam, ainda, os referenciais históricos e ambientais da área, propondo para o bairro uma escala que não tinha sintonia com a proposta de qualidade de vida da maioria, que havia optado pelo Campeche para fixar moradia.<sup>152</sup>

O questionamento dos moradores do Campeche sobre a falta de interação e integração da comunidade no processo e elaboração do Plano Diretor, também, fica evidenciado na reportagem de Raquel Wandelli, relacionado ao distanciamento que há entre os órgãos de planejamento da cidade e aos demais moradores. A arquiteta do IPUF, Gisela<sup>153</sup>, acredita na eficiência do planejamento realizado por sua equipe, porém, demonstra hesitação na forma que o mesmo será colocado em prática: “na verdade, temos uma carta de boas intenções. Os morros, os mangues, os balneários estão fortemente protegidos pela legislação. Mas ocorrem invasões todos os dias. E quem impede? É um problema social”.<sup>154</sup>

Esse cenário de disputa pode ser entendido por meio das diversas “concepções de cidade”<sup>155</sup> existentes naquele momento. Tais conflitos, segundo a autora Marcia Fantin, na obra

<sup>148</sup> RIZZO, 2013, apud CONCEIÇÃO, 2013, p. 51.

<sup>149</sup> Segundo Carolina Amarante, “a trajetória histórica do plano diretor criado para o bairro do Campeche deve-se ater a seguinte citação do Ofício DIPRE N° 424/98 do IPUF que esclarece que o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, Campeche e região foi “concebido em 89, finalizado em 92, rejeitado em 95 e dividido em 97...”. (IPUF, 1998, p. 2, apud, AMARANTE, 2016 p. 5).

<sup>150</sup> BARBOSA; BURGOS; TIRELLI, 2003, apud AMARANTE, Carolina do. O Bairro Campeche: “Qualidade de Vida Junto ao Mar”. Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da UDESC -Universidade do Estado de Santa Catarina. 2015, p5.

<sup>151</sup> CONCEIÇÃO, 2013, p. 34-35.

<sup>152</sup> AMORA, 1996. p. 120-122, apud CONCEIÇÃO, 2013, p. 35-36.

<sup>153</sup> O texto não menciona o sobrenome de Gisele, o que impediu a procura de mais detalhes sobre a profissional.

<sup>154</sup> WANDELLI, p.10-11.

<sup>155</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida:** dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

*Cidade Dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*, ultrapassam “a questão territorial urbana, da configuração geográfica ou da opção pelo turismo”<sup>156</sup>. Segundo Fantin, muitos desses conflitos

Têm suas raízes justamente nessas diferentes perspectivas de cidade que, grosso modo, contrapõem duas grandes vontades: a vontade daqueles que desejam conservar o perfil de **cidade média** e a vontade daqueles que vislumbram transformá-la numa **metrópole** e até mesmo já a caracterizem como tal.<sup>157</sup>

Essas diferentes visões de cidade podem ser percebidas na polêmica da implantação do Plano Diretor proposto pelo IPUF, para o bairro Campeche, por exemplo. Fantin aponta que as discussões em torno da elaboração do Plano Diretor, possibilitou visualizar as diversas visões e vontades da cidade que pulsavam naquele momento. Ao analisar esses embates relacionados ao futuro da cidade, Fantin acrescenta:

De um lado, a proposta que estimularia o crescimento de Florianópolis seguindo os passos de uma “metrópole”, com aumento da densidade populacional, com a potencialização dos investimentos imobiliários (especulação imobiliária). De outro lado, uma proposta que prioriza a qualidade de vida de seus moradores e busca formas alternativas de desenvolvimento urbano. Não se trata, pois, de mera dicotomia que se estabelece entre “cidade” ou “metrópole”, ou de uma falsa questão. Trata-se de diferentes visões de futuro de Florianópolis<sup>158</sup>.

O embate cidade ou metrópole abordado por Fantin, bem como as projeções caóticas para anos 2000 abordados na reportagem *Futuro Negro*, nos possibilitou vislumbrar o campo e disputas que se constituíra naquele momento. A preocupação com o futuro da cidade e os desdobramentos das medidas tomadas, seriam sentidos a curto prazo. No próximo item abordaremos outra face desse embate: a construção da cidade enquanto vocação turística, em que se observa a criação de uma lógica de turismo voltada para grandes projetos e empreendimentos, visando o turismo de qualidade e requinte.

### 3.2 TURISMO VERSUS ECOLOGIA NA ILHA DA MAGIA

No decorrer da pesquisa bibliográfica, nos deparamos com um processo de transformação urbana sentidos em Florianópolis desde os anos de 1950. O historiador Alan Christian Michelmann<sup>159</sup>, analisa em sua monografia o modo como a divulgação turística da Florianópolis recorreu a obra de Franklin Cascaes e como neste processo foi construído o

---

<sup>156</sup> FANTIN, 2000, p. 8.

<sup>157</sup> Ibid.

<sup>158</sup> Ibid., p. 69.

<sup>159</sup> MICHELMANN, 2015.

epíteto de Ilha da Magia. Ao situar as transformações urbanas sentidas em Florianópolis, aponta que:

Pode parecer óbvio, mas todas as transformações urbanas, que desembocariam em projetos de exploração dos bens naturais por intermédio do turismo e, conseqüentemente, da especulação imobiliária *a posteriori*, iam muito além+ de apenas impactar na vida das elites locais. O principal atingido por essas severas mudanças que Florianópolis passaria a partir dos anos 1950 eram os cidadãos e cidadãs comuns, as comunidades do entorno da região central e do interior da Ilha. E a exploração da Ilha de Santa Catarina pelo turismo e, conseqüentemente, pela especulação imobiliária, alterou, não ela apenas, o curso de hábitos, práticas e costumes.<sup>160</sup>

Assim como mencionamos na seção anterior, ao longo das décadas, Florianópolis sentira os efeitos das diferentes visões e projeções para o futuro. Essas diferentes “concepções de cidade” apontadas por Marcia Fantin nos permitem perceber as relações entre as formas de expansão da cidade e a construção de um consenso sobre a vocação turística da cidade e o ideal de cidade para se viver. Ao avançar nessa discussão, Fantin propõe a utilização do termo cidade-fruição, onde “a beleza da cidade é para ser vivida, curtida, preservada e não simplesmente negociada”.<sup>161</sup>

Os que se posicionavam contrários a metropolização de Florianópolis, argumentavam que o crescimento da cidade e o aumento da população afetariam diretamente aos costumes tradicionais da ilha. De acordo com Michelmann, “o pescador, a rendeira, o lavrador, o artesão, passariam a disputar espaço com pessoas que viriam a escolher este local para passar as férias, bem como local definitivo de moradia, modificando sobremaneira o cotidiano da capital catarinense”.<sup>162</sup> Precisamos compreender que as pessoas são livres para escolher onde morar. A questão é o processo de divulgação massiva de um dado lugar, como ocorreu com Florianópolis, e o modo como se dá a gestão do crescimento da cidade.

Na década de 1960, conforme aponta Michelmann, observam-se as primeiras iniciativas em explorar o potencial turístico do Estado, e especialmente, de Florianópolis. O desmonte de prédios antigos para dar lugar a novas e modernas construções, como a Avenida Beira Mar Norte, em que obteve suas obras concluídas no início da década de 1970, apresentam-se dentro desse projeto de modernização<sup>163</sup>. A derrubada dos antigos casarões (sobretudo no centro) e a implantação da Beira Mar Norte são processos paralelos, mas separados. A demolição das casas antigas deu lugar a verticalização do centro da cidade e apagou os vestígios da antiga cidade.

---

<sup>160</sup> Ibid., p. 38.

<sup>161</sup> FANTIN, 2000, p. 71-72.

<sup>162</sup> MICHELMANN, loc. cit.

<sup>163</sup> MICHELMANN, 2015.

Houve, sem dúvida, neste período, por parte de alguns setores da população, uma euforia com o processo de modernização da cidade.

Nesse mesmo período, há a criação do primeiro órgão voltado para o turismo, o GETUR – Grupo Executivo para o Desenvolvimento do Turismo em Santa Catarina – no qual, aliando secretarias estaduais e a iniciativa privada, “pensaria e daria o direcionamento para ações visando modernizar a exploração do turismo no estado”.<sup>164</sup>

Em seguida, e dada a sua crescente importância, em 1969, este órgão obteve o status de autarquia e passou a ser chamado de DEATUR – Departamento Autônomo de Turismo – contando com o apoio do Conselho Estadual de Turismo<sup>165</sup>. Na medida em que o Estado passa a fornecer condições voltadas para o incentivo ao turismo e contando como o auxílio do setor privado, fica evidenciado a intenção de desenvolver o setor a qualquer custo.

Na década de 1970, segundo Michelmann,

Ao longo da década de 1970, em especial em Florianópolis, [houve] um crescente processo de promoção do turismo e grande movimentação dentro das esferas governamentais nesse sentido. Apesar da exploração marítima para fins turísticos não ter saído dos projetos para a prática, a construção e inauguração de rodovias, como as BR's 282 e 101 facilitaram sobremaneira a chegada de visitantes. O grande gargalo para acessar a Ilha de Santa Catarina era o fato de possuir apenas uma ligação por via terrestre, no caso, a Ponte Hercílio Luz, que já operava acima da capacidade máxima projetada quando de sua inauguração<sup>166</sup>.

As obras de acesso à ilha, naquele momento, representaram a maior preocupação para o setor do turismo, pois o público alvo são as pessoas de fora do estado e, posteriormente, os estrangeiros. Para Michelmann, “a opção por estruturar Florianópolis com uma rede hoteleira, estradas, bem como incentivar a especulação imobiliária impunha tais medidas”.<sup>167</sup>

Com relação ao investimento em infraestrutura e na rede hoteleira, segundo Fantin, o discurso publicitário passa a desempenhar um papel importante ao “projetar no imaginário coletivo-social uma representação de cidade (e induz a um projeto de cidade) que acentua um ‘ethos’ de **cidade turística**, cidade do lazer.<sup>168</sup>” Novamente, a autora aponta para o inevitável campo de disputas presente nos diferentes ideais de cidade: “aqueles que querem explorar ao máximo a ‘vocação turística da ilha’ e os mais cautelosos que não querem que a ilha perca a sua *performance* de cidade tranquila e com qualidade de vida.<sup>169</sup>” Percebemos que, para legitimar determinadas ações dos órgãos públicos e determinados empreendimentos, foi

---

<sup>164</sup> Ibid., p. 39.

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> MICHELMANN, 2015.

<sup>167</sup> Ibid.

<sup>168</sup> FANTIN, 2000, p. 71-72.

<sup>169</sup> Ibid.

fundamental difundir junto a coletividade a ideia da vocação turística da cidade, associada a expectativa de que esta atividade traria benefícios para a população (emprego, recursos e melhorias para a cidade).

O artigo intitulado *Um pedacinho de terra perdido no mar: um novo destino turístico em construção* de 2013, escrito pelas historiadoras Luciana Rossato e Mariane Martins, aponta para o *boom* do turismo em Florianópolis, no final da década de 1970 e início da de 1980, relacionando-o a diversas obras de infraestrutura ocorridas naquele período:

No final da década de 1970 e início da década de 1980 a capital catarinense passa por um “boom” do turismo, que ocorreu devido a vários fatores que contribuíram para seu desenvolvimento. Entre esses salientamos várias obras de infra-estrutura, principalmente viárias, como a conclusão BR101, que possibilitou acesso mais rápido para as cidades do litoral catarinense; o asfaltamento da SC-401, em 1974, que leva as praias do norte da Ilha de Santa Catarina e a construção, em 1981, do Terminal Rodoviário Rita Maria em Florianópolis. Além da presença crescente de turistas provenientes dos estados vizinhos, principalmente do Rio Grande do Sul, salientam-se os turistas argentinos, presença marcante no verão da década de 1980 em função da situação econômica positiva na qual se encontrava o país vizinho.<sup>170</sup>

Estando em alta nos 1980 os debates sobre a vocação turística de Florianópolis, fizeram surgir diversas opiniões sobre o tema, tanto na mídia quanto na esfera política, resultando com que o governo promovesse palestras, congressos e seminários envolvendo a tônica. Na reportagem de Raquel Wandelli – *O Futuro Negro*, a jornalista nos traz em 1987 informações sobre o II Seminário de Turismo em Florianópolis<sup>171</sup>, no qual o SETUR efetuou pesquisa de opinião pública<sup>172</sup> em que foram observados os seguintes resultados:

79,50% dos habitantes admitem o turismo como a principal forma de economia. Excluindo os beneficiados diretamente (comerciantes, agência de viagem, hotéis), o índice permanece em 66%, isto é, 2/3 da população. Ao mesmo tempo, a grande maioria dos entrevistados manifestou preocupação com o meio ambiente. Os principais problemas apontados seguem a ordem: poluição das praias, manutenção das dunas, lixo, transporte coletivo e segurança.<sup>173</sup>

De acordo com a pesquisa realizada pelo SETUR, compreendemos que estes dados já evidenciam os efeitos de uma campanha visando mostrar o turismo como praticamente a única alternativa econômica para a cidade. Wandelli aborda a questão do turismo relacionando à preocupação da população acerca dos impactos ambientais. No decorrer da reportagem, a jornalista utiliza a fala do secretário de Turismo Cultura e Esporte, André Schmitt, em que prevê

<sup>170</sup> ROSSATO, Luciana; MARTINS, Mariane *Um pedacinho de terra perdido no mar: um novo destino turístico em construção*. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n. 22, p. 9-28, 2013. Disponível em: <[http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2022%20vers%20fin/f22-artdoss1-luciana\\_rossato\\_e\\_mariane.pdf](http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2022%20vers%20fin/f22-artdoss1-luciana_rossato_e_mariane.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2016, p. 10

<sup>171</sup> Não encontrei maiores detalhes sobre este Seminário.

<sup>172</sup> Na reportagem não é esclarecido mais informações sobre a pesquisa feita.

<sup>173</sup> WANDELLI, Raquel. *Futuro Negro*. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987, p. 11. Estes dados já evidenciam os efeitos de uma campanha visando mostrar o turismo como praticamente a única alternativa econômica para a cidade.

no turismo o futuro promissor para a capital do estado. Com relação aos apontamentos da pesquisa, Wandelli aponta que,

Para André Schmitt, os resultados da pesquisa tornam a bandeira pela preservação do meio ambiente prioritária. Mas ele não considera o turismo conflitante com a ecologia. E atribui o crescimento desajustado da cidade ao fato dos administradores e da população nunca terem assumido a sua vocação turística.<sup>174</sup>

Esse movimento de buscar incorporar a expansão do turismo à preservação ambiental, podemos perceber dentro do cenário de disputas relacionado ao perfil de cidade que se buscava construir em Florianópolis. Na década de 1980, sendo consenso entre vários autores que estudam o período em Florianópolis, são observados as investidas e investimentos visando a modernização da cidade em função da sua preparação para receber cada vez mais turistas. De acordo com a autora Márcia Fantin,

A disputa do projeto de cidade continua viva e intensa, demonstrando que *não* há projeto vitorioso, ainda. A opção hegemônica em favor do turismo, no entanto, parece sem volta. Construiu-se uma aparente unanimidade em torno da “vocação turística de Florianópolis.”<sup>175</sup>

Fantin<sup>176</sup>, ao historicizar esse movimento de definir o perfil de cidade a ser construído, aponta que embutido em cada nomenclatura “existe um jeito de pensar e estruturar a cidade, existe uma ‘intenção’ urbana que define qual será o seu perfil político, urbano e ambiental.” Pensar Florianópolis como destino turístico não é difícil em função das suas belezas naturais, patrimônio histórico e singularidades culturais. Todos estes elementos são levados em consideração ao ser gestada a ideia do turismo emergente da capital do estado.<sup>177</sup>

É interessante lembrar que isto nem sempre foi óbvio. É possível acompanhar historicamente a construção da ideia das belezas naturais (a descoberta da Lagoa da Conceição, por exemplo), o processo de valorização do patrimônio histórico edificado (posterior a grande derrubada deste mesmo patrimônio) e a valorização das singularidades culturais (que foi por décadas depreciada como sendo ignorância, costumes bárbaros, coisa de manezinho, de amarelo) como já foram tratados no início do trabalho.

A década de 1980 foi marcada pela euforia do turismo e pelo crescente fluxo de turistas na ilha, onde a discussão da vocação turística e da “necessidade de implantar políticas e obras infra estruturais ganha vulto”<sup>178</sup>. Ao mesmo tempo, há a emergência de movimento de ecólogos que visa discutir a exploração turística desordenada e os impactos causados ao meio ambiente

---

<sup>174</sup> WANDELLI, 1987, p. 11.

<sup>175</sup> FANTIN, 2000, p. 60.

<sup>176</sup> Ibid., p. 74.

<sup>177</sup> Ibid.

<sup>178</sup> FANTIN, 2000.

florianopolitano. Neste cenário surge o MEL – Movimento Ecológico Livre - que começou suas atividades entre 1983-1984, em que chamava a atenção para as diversas ações que acarretavam em impactos ambientais: plano diretor, saneamento básico, reciclagem do lixo, turismo ecológico e combate a ocupações irregulares foram algumas das preocupações do movimento<sup>179</sup>.

Esse embate que passa a contar com a presença dos ecólogos, também é abordado na reportagem de Wandelli. Ao contrapor a fala esperançosa do secretário Schmitt com a denúncia dos ecologistas, a jornalista chama a atenção para as estimativas do MEL para os anos 2000 e coloca como “suicida” a forma como o turismo estava sendo dirigido.<sup>180</sup> Segundo Wandelli<sup>181</sup>, a visão dos ecologistas é que “o turismo deva ser apenas uma das atividades, caso contrário a cidade ficaria muito vulnerável” e apontam como solução a prefeitura delimitar o crescimento do mercado.

Neste ínterim, percebemos que os interessados com o empreendimento turístico consomem a iniciativa de convencer a população que as mudanças visam o progresso e crescimento da cidade. Os contratempos decorrentes da exploração do turismo se justificam em virtude das oportunidades de empregos e dinheiro de outras regiões injetados na localidade, que resulta em investimentos sociais.

André Schmitt é o representante dessa classe empreendedora no final dos anos 1980, que expõe em sua entrevista à Wandelli em 1987 suas justificativas, defendendo que o turismo pode render a Florianópolis “a condição de Ilha da Fantasia”, desde que seja derrotada a insígnia da terra do sol e mar e, complementa propondo a expansão dos atrativos turísticos: “Com a divulgação das quatro estações do ano, a cidade entrará no ano 2000 em pleno desenvolvimento”<sup>182</sup>. Os moradores locais não precisam “ficar enciumados”, arriscando-se a dizer que “o futuro para o ilhéu será bem melhor do que o presente. Haverá uma perspectiva acentuada de emprego”<sup>183</sup>.

A proposta de expandir o período do turismo para o ano inteiro, ou para “as quatro estações”, está dentro da lógica de buscar pelas potencialidades das diversas regiões do estado, com o intuito de atrair e de manter o visitante no estado<sup>184</sup>. A fórmula para expandir o turismo

---

<sup>179</sup> MEL é apenas recordação de ecologistas. Floripa Manhã, 30 jul. 2007. Apud: DIAS, Felipe. **A Notícia**. 29 jul. 2007. <<http://floripamanha.org/2007/07/mel-e- apenas-recordacao-de-ecologistas/>> Acesso em: 20 jan. 2017. Não encontramos outras referências que tratem desse movimento.

<sup>180</sup> WANDELLI, Raquel. Futuro Negro. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> WANDELLI, Raquel. Futuro Negro. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987.

<sup>183</sup> Ibid.

<sup>184</sup> MICHELMANN, 2015, p. 45

para o ano inteiro, naquele momento, era pensada visando aliar a cultura e os elementos naturais. Ainda de acordo com o Michelmann,

A sistematização de elementos da cultura que pudessem servir de base para o planejamento do setor de turismo no estado passou a ser feita. Se em 1948 os organizadores e participantes do I Congresso Catarinense de História ensejavam desconstruir a ideia de que Santa Catarina era um “estado alemão” e visavam resgatar os elementos da cultura de base portuguesa, os anos 1980 trouxeram alguns fatos novos: por um lado, os pesquisadores da cultura de base portuguesa buscavam identificar os focos dessa raiz cultural pelo litoral catarinense, prova disso é a fundação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), em 1986, vinculado a UFSC; por outro, o planejamento do governo do estado dentro de uma perspectiva de uma identidade cultural catarinense multifacetada dando base para uma estratégia turística que ficou conhecido como turismo quatro estações<sup>185</sup>.

A utilização da cultura como um importante elemento na estratégia discursiva para o turismo catarinense vai ao encontro do que a antropóloga portuguesa Elsa Peralta propõe no artigo intitulado *O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo*, de 2003, em que discute a utilização do patrimônio como cenário para a construção dos destinos turísticos. Segundo a antropóloga,

os referentes simbólicos fornecem os motivos que alimentam a indústria turística e a indústria turística recria os elementos culturais e a própria história, emanando novos referentes simbólicos que dão substância à imaginação colectiva, integrando-se na “mitologia retrospectiva” que sobre o património é erigida e acrescentando-lhes novos elementos<sup>186</sup>.

O mesmo ocorre com a utilização do patrimônio histórico ilhéu como atrativo turístico na medida em que são inseridas as tradições de origem açorianas. O movimento de resgate da açorianidade, nesse período, entendemos como parte desse processo de expandir o turismo florianopolitano. De acordo com Michelmann, a iniciativa de se construir um “turismo das quatro estações” ao utilizar a junção da tríade cultura-natureza-turismo foi bem-sucedida com o aumento dos turistas no litoral catarinense<sup>187</sup>. Ao utilizar os dados referente ao aumento do número de hóspedes em Florianópolis apresentados por Hoyêdo Lins<sup>188</sup>, Michelmann infere que a capital do estado passou a ter maior visibilidade turística, alterando o perfil tanto dos turistas quanto dos moradores<sup>189</sup>.

Outro importante elemento utilizado para esse turismo das quatro estações é a questão fantasiosa empregada à Ilha. Michelmann chama atenção acerca dos usos do caráter fantástico

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2017.

<sup>187</sup> MICHELMANN, 2015.

<sup>188</sup> “No período de verão, de 890 mil em 1980/1981 para mais de 3 milhões em 1989/90, com expressiva presença de visitantes estrangeiros”. LINS, Hoyedo Nunes. Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v.10, n.14, 1993, p. 89.

<sup>189</sup> LINS, 1993, p. 89, apud MICHELMANN, 2015, p. 50

ou mítico presente nas obras de Franklin Cascaes como atrativo turístico. De acordo com o mesmo autor,

O imaginário das histórias fantásticas da cultura popular, construído por Franklin Cascaes durante o tempo em que se dedicou a isto, as belezas naturais e o interesse mercadológico em “vender” Florianópolis como produto atrativo ao turismo, se tornaram a matéria-prima para um produto final que carecia de maiores aportes de divulgação, até porque a junção promoção turística e cultura local é algo comumente combinado para a divulgação de diversas cidades. Florianópolis, valendo-se da cultura local, dos elementos de seu folclore, ligou isso as belezas naturais<sup>190</sup>.

Nesse sentido, percebemos que a ressignificação de aspectos da cultura popular foi um dos caminhos escolhidos – e forjados – para esta nova concepção de turismo. O fortalecimento da cultura portuguesa e o apelo à herança açoriana aparecem nesse campo que busca sua consolidação do turismo florianopolitano perante o cenário nacional. O aumento do número de turistas procurando pelas diferentes facetas da “cidade” favoreceu ao setor imobiliário promovendo seu crescimento.

Entre as décadas de 1980 e 1990, Florianópolis além de ser reconhecida como a Ilha da Magia, passou a ser identificada como a Capital do Mercosul. Com o advento da globalização e das discussões acerca dos rumos e da especialização do turismo, os gestores municipais e estaduais passam a difundir que Florianópolis tem a necessidade de incrementar a sua indústria do lazer e do entretenimento. Estes elementos articulados aos projetos de cidade em disputa serão aprofundados no próximo item deste trabalho.

### 3.3 COMUNICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO NA CAPITAL DO MERCOSUL

No decorrer dos anos 1980 e 1990, declarações como a do secretário de turismo de Florianópolis, que citamos no início do capítulo, multiplicam-se num contínuo empenho de conduzir a cidade para o projeto de modernização há muito tempo elaborado. A cada ano intensificaram-se o volume de investimentos no intuito de estimular a vinda de turistas à cidade. Para Fantin, o marketing desenvolvido na ilha influenciou fortemente na nova cara da cidade<sup>191</sup>.

Para Carolina Amarante, a concepção de Capital Turística do Mercosul passou a ser mencionada já em 1991. Segundo a historiadora:

A concepção de Florianópolis como “Capital Turística do Mercosul” surge “com o acordo de criação do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, em 1991, Florianópolis passou a ser divulgada pelo governo local como ‘A Capital Turística do Mercosul’, que deveria consagrá-la como polo turístico

<sup>190</sup> MICHELMANN, op. cit., p. 49.

<sup>191</sup> FANTIN, 2000, p. 72.

internacional e, ainda, como a sede de um novo polo de investimentos e de indústrias de alta tecnologia”.<sup>192</sup>

Na década de 1990, Florianópolis foi considerada entre os 03 principais destinos turísticos de Santa Catarina e ficou entre os 65 principais destinos turísticos nacionais. Contando com o apoio do governo do Estado, a premissa naquele momento era a “ideia de privilegiar o turismo de classe e de qualidade em detrimento do turismo de massa. Essa passa a ser a tônica dos discursos”<sup>193</sup>. Fantin aponta alguns fatores que considera importantes para a mudança na concepção do turismo para a Ilha de Santa Catarina: a instituição do Fórum Permanente de Turismo de Florianópolis, que enfatizava “a busca da qualidade total com o objetivo de conquistar um ‘padrão internacional’ e a intervenção de diversos grupos de ecologistas que denunciavam os grandes empreendimentos e os impactos causados ao meio ambiente”<sup>194</sup>. Esses discursos, segundo a autora, colaboraram para serem repensadas as estratégias adotadas pelos grupos de empresários e políticos interessados em expandir o turismo em Florianópolis.

Ainda para Fantin, ao priorizarem os empreendimentos “cinco estrelas” abrem caminho para transformar Florianópolis “num polo de grandes empreendimentos turísticos e a entrada no mapa dos roteiros internacionais, enfim transformá-la realmente na **metrópole turística do Mercosul**”<sup>195</sup>. Ao observar isto, a autora aponta três propostas nas quais este processo se alicerça:

1) desenvolvimento sustentável (nova concepção que busca o desenvolvimento econômico sem destruir o meio ambiente); 2) ecoturismo (expressão das novas relações com a natureza, da ênfase na aventura, da necessidade de neutralizar o stress das grandes cidades); 3) turismo cultural (expressão do movimento de valorização de manifestações culturais, de tradições e do patrimônio histórico).<sup>196</sup>

Utilizando outro marco temporal, a historiadora Cláudia Cristina Zanella considera o ano de 1993 como emblemático para compreender as articulações para “trazer” e “manter” o título de Capital Turística do Mercosul para Florianópolis. Em sua dissertação intitulada *Atrás da porta: o discurso do turismo na ilha de Santa Catarina (1983-1998)* considera este ano particularmente expressivo no que tange o reconhecimento de Florianópolis como capital turística. Ao identificar como “fazedores do turismo” – empresariado da construção civil e do setor imobiliário, jornalistas, políticos, comerciantes - como os responsáveis pela titulação da

<sup>192</sup> SUGAI, 2015, p. 27, apud, AMARANTE, 2016, p. 1.

<sup>193</sup> FANTIN, op. cit., p. 76.

<sup>194</sup> Ibid., p. 77.

<sup>195</sup> FANTIN, 2000, p. 78.

<sup>196</sup> Ibid.

capital catarinense como a “Capital Turística do Mercosul”, aborda especificamente os esforços capitaneados pelo vereador Michel Curi em 1993:

Eleito presidente do Conselho Latino Americano de Parlamentares Municipais, ele instituiu o título, “Capital turística do Mercosul” à Florianópolis. Por conta destas atividades, segundo Aldírio Simões, Curi ganhou conceito entre os empresários da área turística de Florianópolis e, respeito dos países da América do Sul, sendo constantemente convidado para proferir palestras e participar de eventos em toda a região, sempre com o intuito e com “uma receita”, para “difundir o turismo da capital, para vender a imagem de Florianópolis lá fora”. Imagem esta que recebe especial atenção, do Estado, que investe em revistas, folders, cartões postais, vídeos, enfim em inúmeras maneiras de “vender a imagem” deste “paraíso”.<sup>197</sup>

São criadas diversas imagens dos encantos, magia e das belezas naturais da cidade como capital, símbolo desse turismo internacionalizado. A importância dessa titulação à cidade esteve ancorada na promoção e na dedicação de muitos dos “fazedores de turismo” no sentido de “delinear, construir, envolver, cativar o turista visitante”<sup>198</sup>. Zanella aponta que “o poder de nomeação da cidade como “Capital turística do Mercosul”, define “a luta simbólica pela produção do senso comum, pelo monopólio de nomeação legítima, como imposição oficial”<sup>199</sup>

Diante de tal afirmação, a autora traz um documento datado de 11 de novembro de 1993 onde, o então presidente da ALESC deputado Ivan Ranzolin (PDS), numa ação conjunta entre o Estado e o município de Florianópolis, expõem as razões que legitimam o título de Capital do Mercosul<sup>200</sup>. Ainda segundo Zanella,

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na voz do seu presidente Deputado Ivan Ranzolin, legitima e concede oficialmente o título à cidade. Está então autorizada, por um mandatário do Estado e teoricamente porta-voz da vontade popular, uma titulação para a cidade que congrega de forma triunfal os discursos até então vinculados. A cidade ganha uma caracterização que traduz o desígnio que os “fazedores do turismo” lhe impõe<sup>201</sup>.

O reconhecimento oficial era o que faltava para a ampla disseminação da utilização da alcunha de Capital turística do Mercosul. Essa ação conjunta entre Prefeitura e Estado faz-se de extrema importância para consolidar e construir essa relação simbólica. Nesse momento, cabe destacar o papel desempenhado pela publicidade para transformar a construção dessa relação simbólica como parte do senso comum. O historiador Rodrigo Rothbart compreende essa relação como um processo que parece automático: o turismo “vende” cidades, sítios e

<sup>197</sup> ZANELLA, Cláudia Cristina. **Atrás da porta**: o discurso do turismo na ilha de Santa Catarina (1983-1998). Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/gustavaogaspary/Desktop/174563.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>198</sup> ZANELLA, 1999, p. 49.

<sup>199</sup> Ibid., p. 51.

<sup>200</sup> A autora utilizou a transcrição da Ata da reunião em que é realizado a leitura do documento de autoria do deputado Ivan Ranzolin que, por meio de dados do Instituto EMBRATUR, elenca as razões pelas quais o título de *Capital turística do Mercosul* dado à Florianópolis é legítimo. (RANZOLIN, 1993, apud, ZANELLA, 1999, p. 50).

<sup>201</sup> ZANELLA, 1999, p. 51.

produtos específicos, então é imperativo comunicar, e da forma mais atraente e eficaz possível a fim de aumentar a clientela<sup>202</sup>.

A comunicação parece fundamental nos investimentos turísticos, e não apenas pela importância prática da utilização desse meio para a dita “sociedade da informação e da comunicação” atual, mas, também, pelas possibilidades de reflexão cultural que sua abordagem pode proporcionar. Para Voison, além das técnicas de marketing, de propaganda e publicidade, a comunicação turística aborda as imagens identitárias de um território, a memória coletiva e social de um povo: trata-se aqui de representações difundidas a diversos títulos, e que deverão ter repercussões significativas sobre o olhar que as comunidades receptoras dirigem a si mesmas diante dos visitantes<sup>203</sup>. Silva entende que moldado pela cultura ocorre uma auto identificação dos indivíduos ou coletividades “imaginadas” no que diz respeito ao consumo e lealdade a estilos e marcas<sup>204</sup>. A autora Fernanda Sánchez, em sua obra *A reinvenção das cidades para um mercado mundial* de 2011, explica que deste modo “há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades. A cultura é o meio que relaciona a textura da paisagem ao texto social”.<sup>205</sup>

Diante desse quadro de interações e identificações culturais, percebemos a influência da indústria do turismo no que diz respeito à utilização e ressignificação da cultura açoriana como atrativo turístico. Ao longo da análise das fontes e da bibliografia, percebemos o campo de disputa entre os diferentes discursos acerca do futuro de Florianópolis. Em meio ao processo de modernização da cidade há a utilização da cultura açoriana e a sua ressignificação visando atender também a demanda da indústria emergente do turismo. O descendente açoriano que, anteriormente era visto com maus olhos, com uma carga negativa, passa a ser lembrado como símbolo ilhéu, que deve ser preservado e valorizado<sup>206</sup>.

A valorização da açorianidade ocorre na mesma década em que se percebem as disputas em torno da modernização da cidade. Essa relação pode ser estabelecida a partir do uso da

---

<sup>202</sup> ROTHBARTH, Rodrigo Pereira. De perdido no mar à magia ilhéu: a ressignificação do termo Mané da ilha nas décadas de 1970 - 1980. 2015. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 33.

<sup>203</sup> VOISON, Jane. Comunicação turística, memória, identidade: uma proposta de abordagem e dois casos (Ilhéus-Bahia e La Rochelle-França). *Revista Espaço Acadêmico*, n. 37, junho de 2004. Disponível em [www.espacoacademico.com.br/037/37evoisin.htm](http://www.espacoacademico.com.br/037/37evoisin.htm)>. Acessado em: 26 maio 2016.

<sup>204</sup> SILVA, Márcia S. da. **Desencantos Da Ilha Da Magia**: Projetos urbanos e manutenção da cultura açoriana em Florianópolis – SC in: anais encontros nacionais da ANPUR Desenvolvimento, planejamento e governança – Recife 2013. Disponível em:

<<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4506/4375>>. Acessado em: 26 maio 2016.

<sup>205</sup> SANCHÉZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Curitiba: Argos, 2011, p. 35.

<sup>206</sup> FANTIM, 2000, p. 163-164.

indústria do turismo em constituir um “turismo cultural” com base nos patrimônios entendidos como um legado da cultura açoriana. Conforme Peralta aponta, “a conversão de objectos e fenômenos culturais em patrimônio não é espontânea nem natural”<sup>207</sup>. O resgate da cultura açoriana e a necessidade de serem enfatizados determinados costumes e celebrações tais como o boi-de-mamão, os engenhos de farinha, o pirão-de-peixe, o terno-de-reis, entre outros elementos, também podem ser compreendidos dentro das necessidades de se expandir o turismo na Ilha. Ainda sobre os usos do patrimônio, Peralta complementa:

Sendo uma idealização construída por uma sociedade sobre quais são os seus próprios valores culturais, o patrimônio serve, antes de mais, a fins de identificação colectiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo, para os próprios e para os demais, erigindo, nesse processo, fronteiras diferenciadoras que permitem manter e preservar a identidade colectiva<sup>208</sup>.

A década de 1980 também é emblemática para compreendermos a resignificação do termo Manezinho da conotação negativa à positiva. No decorrer da mesma, se passa a tratar o Manezinho como o habitante legítimo e simbólico da capital do Estado. Percebemos que esse processo se dá em meio as discussões dos rumos da urbanização de Florianópolis e dos investimentos do setor do turismo em resgatar a origem luso-açoriana ilhéu.

Os diferentes discursos enunciados à época percebidos ao longo desta pesquisa, nos oferecem um breve panorama de como as questões relacionadas a resignificação do Manezinho, tomaram vulto e se solidificaram ao longo dos anos. Por meio da sistematização das fontes e da pesquisa bibliográfica, percebemos que esse debate, presente nas páginas do jornal O Estado, passou a ser incorporado ao cotidiano dos habitantes de Florianópolis. As preocupações ancoradas nas transformações da capital catarinense nos remetem não apenas às mudanças estruturais, presentes no planejamento dos órgãos competentes, mas às possíveis mudanças culturais que o aumento populacional acarretaria. Diante dos aspectos culturais, observamos dois movimentos: a busca pela açorianidade por meio da indústria do turismo visando fornecer outros atrativos além das paisagens naturais e, dos moradores locais, em que há a legitimação de uma cultura açoriana, visando demarcação cultural em meio a chegada de turistas e de novos residentes.

Ao abordar as diferentes concepções acerca do habitante da ilha de Santa Catarina, intencionamos desvelar algumas questões presentes em sua construção e personificação, que por diversos momentos estiveram envoltas em disputas discursivas permeadas por alguns interesses políticos e financeiros. Nesse sentido, a edificação do termo ‘manezinho da ilha’

---

<sup>207</sup> PERALTA, 2003, p. 85

<sup>208</sup> Ibid.

aparece atrelada à diferentes concepções e formas de pensar a cidade que sofreram mudanças ao longo do tempo e permeavam os interesses de cada período e que também, são perceptíveis na atualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar a ressignificação do termo ‘manezinho da ilha’, de pejorativo a elogio. Perpassou diferentes categorias analíticas e fontes. Para compreender as razões que estiveram envolvidas nesse processo, a título de contextualização e construção da pesquisa, foi preciso retroceder à Florianópolis do início do século XX, contemplando os modos de ver a cidade bem como as reformas urbanas sofridas no período. Nesse sentido, fez-se necessário compreender os habitantes do litoral e o modo como se identificavam ou eram identificados entre os próprios moradores da ilha e entre as demais cidades do Estado.

Ao partir para a análise das fontes, encontramos nas colunas sociais e reportagens da década de 1980 um importante panorama do campo de disputas presentes à época acerca dos rumos que a cidade de Florianópolis deveria tomar. Por meio dessas reportagens percebemos a ação de setores como o do turismo, o qual ao mesmo tempo que se solidificava, suscitava um debate, sendo questionado pelo crescente movimento de ecólogos em Florianópolis. Diversas são as argumentações que legitimam e enunciam os discursos à época, nas quais percebemos como questão central as diferentes formas de pensar a cidade e o seu crescimento. Diante dessas perspectivas divergentes, percebemos o crescimento da especulação imobiliária e a falta de infraestrutura básica como os principais aspectos negativos do turismo destacados nesse debate.

Ao mesmo tempo, identificamos a busca por uma cultura açoriana, utilizada nessa disputa discursiva tanto para fomentar a crescente indústria do turismo, quanto por aqueles que gostariam de manter o estilo de vida simples e provinciano. Esse debate em torno da cultura ilhéu fica evidenciado nas páginas do jornal O Estado, em que essa açorianidade é acionada como atrativo turístico e, também, como contrária aos investimentos deste mesmo setor.

Nesse panorama, emerge a figura do manezinho da ilha como o representante dessa açorianidade, que consigo trazem todos os elementos que os identificam como os legítimos residentes ilhéus. Cabe ressaltar o importante papel da publicidade e dos jornais para a disseminação e identificação dos habitantes com o termo do ‘manezinho da ilha’. Essa produção de sentido vinculada pelos meios de comunicação, além de criar uma relação imagética dos habitantes da Ilha para os turistas – de outras partes do país ou estrangeiros, contribuem para a apropriação e identificação desses habitantes como meio de diferenciação e legitimação da cultura local perante os de fora. Nossa pesquisa se limitou às páginas do O ESTADO, em parte, em função do tempo e das restrições para um trabalho de conclusão de curso, e também pela dificuldade encontrada em acessar outro período de circulação à época, o Diário Catarinense.

A definição do período e periódicos a serem pesquisados para o tema se baseou na data de criação do Troféu Manezinho da Ilha, em meados de 1987, e aos jornais que Aldório trabalhou no período. Tendo como suporte para as pesquisas a Biblioteca Pública de Santa Catarina, buscamos alguns anos anteriores e posteriores ao evento, na intenção de encontrar o fio da meada, dos acontecimentos que levaram à criação da premiação. No jornal O Estado, definimos de 1985 até o final de 1987, procurando colunas de Aldório que tivessem relação com a pesquisa. Não pudemos seguir adiante nas pesquisas no jornal, pois descobrimos que no início de 1988 o colunista passou a integrar a equipe do jornal Diário Catarinense. Ao procurar as colunas de Aldório no DC, tivemos a triste informação que devido a um vazamento de água ocorrido na BPSC, haviam se perdido partes do jornal (Caderno Variedades) no período de pesquisa. Recorremos a sede do DC na Rodovia SC-401, porém fomos informados que a empresa não disponibiliza seus arquivos ao público (físico ou digitalmente). Procuramos na Biblioteca Municipal de Florianópolis, que além de não possuir arquivo de jornais, atende em condições precárias. Diante da situação, delimitamos a pesquisa ao Jornal O Estado, e para nossa agradável surpresa, além das colunas do Aldório que procurávamos, encontramos outras matérias diretamente relacionadas ao trabalho, como reportagens sobre a exploração turística e a especulação imobiliária.

Os temas da indústria do turismo e da especulação imobiliária se fazem tão recorrentes e se mostram tão interessantes, que outros dois colegas de classe o trataram em suas monografias, apenas utilizando vieses diferentes. Alan Michelmann utilizou Franklin Cascaes, objetivando pensar os aspectos de sua vida e obra, e analisar como o artista e seus feitos, serviram para promoção turística de Florianópolis. Rodrigo Rothbarth utilizou as colunas de Cacau Menezes e Beto Stodieck para analisar a ressignificação que o termo ‘Mané da ilha’ teve no período de modernização da cidade de Florianópolis durante as décadas de 1970 e 1980. A maneira de se enxergar a cidade, antes vista como provinciana, para uma cidade modernizada ligada a indústria do turismo e da especulação imobiliária também foi analisada. Os dois estudos se mostraram importantes, pois serviram de modelo para a estruturação deste trabalho, auxiliando nos apontamentos do Professor Henrique.

Por fim, o objetivo da monografia foi ponderar e expor aos leitores de que forma a cultura da Ilha, a especulação imobiliária, o turismo e a questão do Manezinho foram tratados e moldados, conferindo à década de 1980 uma importância crucial nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- ACORDI, Carla. **Dos desterrados aos motorizados**: os "milagres" da ditadura em Florianópolis (1968/1978). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). UDESC, 2011.
- AMARANTE, Carolina do. **O Bairro Campeche**: “Qualidade de Vida Junto ao Mar”. Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da UDESC -Universidade do Estado de Santa Catarina. 2015.
- ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do Carvão de Santa Catarina**. Santa Catarina: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. p. 35. Disponível em: <[http://www.siecesc.com.br/pdf/livro\\_carvao/a\\_historia\\_do\\_carvao\\_de\\_santa\\_catarina.pdf](http://www.siecesc.com.br/pdf/livro_carvao/a_historia_do_carvao_de_santa_catarina.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2015.
- BERTONI, Estêvão. Cleber Teixeira dos Santos (1938-2013): Um poeta que fazia livros artesanais. **Folha de São Paulo**, 29 abr. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1303525-cleber-teixeira-dos-santos-1938-2013-um-poeta-que-fazia-livros-artesanais.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- BIOGRAFIA. Official Website Luiz Henrique. Disponível em: <<http://www.luizhenriquerosa.com/biografia>>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. **O congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana**. Coimbra: Coimbra, 1950.
- BUDDE, Leani. **Jornadas impressas**: o Estado e Florianópolis - 1985 a 2009. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106850/318075.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 set. 2015.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos (Separata do volume II dos Anais do I Congresso de História Catarinense)**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.
- CASCAES, Franklin. **Vida e arte, e a colonização açoriana**: entrevistas concedidas e textos organizados por Raimundo Caruso. Florianópolis, Ed. UFSC, 1989
- CAPRARIO, Sara. Silvia Lenzi: Foco no Urbanismo e paixão pela profissão. **CAU/BR**: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 8 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/silvia-lenzi-foco-no-urbanismo/>> Acesso em: 24 jun. 2016.

CASA SUL. **Conheça o trabalho inovador de André Schmitt**. Disponível em: <<http://casasul.com.br/materias/ler/post/conheca-o-trabalho-inovador-de-andre-schmitt>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

COMITRE, Felipe. Ortigoza, Silvia Aparecida Guarnieri. Mercantilização da cultura e a identidade do capital: as transformações no centro da cidade de Santos (SP). **Revista Caminhos de Geografia**, v. 17, n. 57, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/29494/17909>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CONCEIÇÃO, Maykon Luiz. **Desenvolvimento urbano do bairro do Campeche: um olhar sobre a mudança repentina dos padrões de ocupação do solo**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). UFSC, Florianópolis, 2013.

CORREIA, Carlos Humberto P. **Dialogo com Clio: Ensaio de história política e cultural**. Florianópolis: Insular, 2003.

DIAS, Felipe. **A Notícia**. 29 jul. 2007. <<http://floripamanha.org/2007/07/mel-e- apenas-recordacao-de-ecologistas/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Joinville: Ipiranga, 1965.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do boi**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

FONSECA, Jefferson Rafael da. “Longe demais das capitais”: lutas de representação em Florianópolis, SC (1970-1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. **Anais...** Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. 23., Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

GOULARTI, Juliano Giassi. Migrações, desruralização, urbanização e violência em Santa Catarina. Florianópolis. **Revista NECAT**, Ano 4, n. 7, jan.jun.de 2015. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2012/08/FINAL.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2017.

GRUPO de Teatro O Dromedário Loquaz. Disponível em: <<http://odromedarioloquaz.wixsite.com/grupo-de-teatro/ogrupa>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

HERTER, Marcos Lourenço. **In memoriani: Daniel Matteo Castro (1956 - 1990)**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23535/21192>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Tabela 1.6: População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais, 1872/2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> Acesso em: 04 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina: Florianópolis**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=4205407>> Acesso em: 06 jan. 2017.

IGOA, Rosario Lázaro, COSTA Walter Carlos Edição e tradução nas crônicas brasileiras dos séculos XIX e XX: entrevista com John Gledson. **Cadernos de Tradução**, v. 36, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2016v36n2p311>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

KRÜGER, Aline Carmes. **Fragmentos de uma coleção**: as obras de arte em papel de Franklin Joaquim Cascaes. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Florianópolis, 2011.

LINS, Hoyedo Nunes. Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 10, n.14, 1993.

MACÁRIO, Carol. Mario Alves Neto e o teatro em Florianópolis nos anos 1970 e 1980. **Notícias do dia**. 09 jun. 2013. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/perfil-mario-alves-neto-e-o-teatro-em-florianopolis-nos-anos-1970-e-1980>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MERGULHÃO, Cláudia Bezerra. **Centro de Tradições Gaúchas Desgarrados do Pago: Reinvenção de memórias, identidades e tradições no Rio de Janeiro (1977-2004)**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Dissertações/Diss163.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016

MICHELMANN, Alan Cristhian. **Franklin Cascaes, A divulgação turística de Florianópolis e a invenção da “Ilha da Magia”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

O ESCRITOR: carreira jornalística. Raul Caldas Filho: Escritor e Jornalista. Disponível em: <<http://www.luizhenriquerosa.com/biografia>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

O SEDUTOR da palavra. Canga Blog, 13 mar. 2009. Disponível em: <<http://cangablog.blogspot.com.br/2009/03/saudades-do-ely.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. 2009, p. 17. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16\\_08\\_2010\\_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf)> Acesso em: 04 jan. 2017.

ROSSATO, Luciana; MARTINS, Mariane Um pedacinho de terra perdido no mar: um novo destino turístico em construção. **Fronteiras: Revista Catarinense de História** [on-line], Florianópolis, n. 22, p. 9-28, 2013. Disponível em: <[http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%202022%20vers%20fin/f22-artdoss1-luciana\\_rossato\\_e\\_mariane.pdf](http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%202022%20vers%20fin/f22-artdoss1-luciana_rossato_e_mariane.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2015.

ROTHBARTH, Rodrigo Pereira. De perdido no mar à magia ilhéu: a ressignificação do termo Mané da ilha nas décadas de 1970 - 1980. 2015. 51 f. TCC (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANCHÉZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Curitiba: Argos, 2011.

SCHMITZ, Paulo Clovis. ‘Enxurrada de gaúchos incomoda muita gente. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 19 jul. 1987.

\_\_\_\_\_. Mofas com a pomba na balaia. **O Estado**: Leitura e Lazer, Florianópolis, 12 jul. 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Márcia S. da. **Desencantos Da Ilha Da Magia**: Projetos urbanos e manutenção da cultura açoriana em Florianópolis – SC in: anais encontros nacionais da ANPUR Desenvolvimento, planejamento e governança – Recife 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4506/4375>>. Acessado em: 26 maio 2016.

SIMÕES, Aldírio. Como se define um manezinho. **O Estado**: Leitura e Lazer. Florianópolis, 21 jun. 1987.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Ed. da Universidade, 1968. 377 p. (Biblioteca universitária. Série 2: Ciências Sociais).

SOCIOLOGIA de Émile Durkheim. Sociologia na sala de aula. 20 jun. 2010. Disponível em: <<http://sociologianasaladeaula.blogspot.com.br/2010/07/o-metodo-funcionalista-de-analise-da.html>>. Acesso em 30 ago. 2016.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Leituras e impressões de Raquel Wandelli. **Notícias da UFSC**, 06 maio 2008. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2008/05/leituras-e-impressoes-de-raquel-wandelli/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

VOISON, Jane. Comunicação turística, memória, identidade: uma proposta de abordagem e dois casos (Ilhéus-Bahia e La Rochelle-França). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 37, junho de 2004. Disponível em [www.espacoacademico.com.br/037/37evoisin.htm](http://www.espacoacademico.com.br/037/37evoisin.htm)>. Acessado em: 26 maio 2016.

WANDELLI, Raquel. Futuro Negro. **O Estado**, Leitura e Lazer. Florianópolis, 05 jul. 1987.

\_\_\_\_\_. Todos os ranços provincianos e os vícios de uma bonita aldeia. **O Estado: Leitura e Lazer**. Florianópolis, 19 jul. 1987.

ZANELLA, Cláudia Cristina. **Atrás da porta**: o discurso do turismo na ilha de Santa Catarina (1983-1998). Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 1999. Disponível em:  
<file:///C:/Users/gustavaogaspary/Desktop/174563.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.